

Análise de Género e Plano de Ação de Género (GAP 2016-2020) no âmbito da cooperação UE - Cabo Verde

Elaborado no âmbito do GAP II (2016-2020)
“Transformando as Vidas de Meninas e Mulheres através das Relações Externas da UE”

*A igualdade de género é uma questão de direitos humanos.
É o fundamento de sociedades democráticas e da boa governação,
e a pedra angular do desenvolvimento sustentável inclusivo.¹*

Autora: Clara Mendes de Barros

O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade da autora e não pode, de modo algum, ser tido como expressão das posições da União Europeia.



¹ Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres: Transformando as Vidas de Meninas e Mulheres através das Relações Externas da UE (2016-2020) (GAP II), p.1

Lista de siglas e acrónimos

AD	Action Document / Documento de Ação
ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
ANAS	Agência Nacional de Água e Saneamento
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CAD	Comité d'Aide au Développement / Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CEDAW	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CERMI	Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
DGPOG	Direções Gerais de Planeamento, Orçamentação e Gestão
DNP	Direção Nacional do Plano
DUE	Delegação da União Europeia em Cabo Verde
EM	Estados Membros representados em Cabo Verde
EU	União Europeia
GAP	Gender Action Plan / Plano de Ação de Género
GAP-CV	Gender Action Plan para Cabo Verde / Plano de Ação de Género para Cabo Verde
GSP+	Generalised Scheme of Preferences / Sistema de Preferências Generalizadas
ICIEG	Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade de Equidade de Género
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IDSR	Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva
IEC	Informação, Educação e Comunicação
IMC	Inquérito Multiobjectivo Contínuo
IMF	International Monetary Fund / Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
LuxDev	Agência Luxemburguesa de Cooperação para o Desenvolvimento
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento de Estado
ONG	Organização Não Governamental
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OSG	Orçamentação Sensível ao Género

PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PFG	Ponto Focal de Género
PNIG	Plano Nacional de Igualdade de Género
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNVBG	Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género
QSG1 e QSG2	Quality Support Group 1 e 2 (revisão interna da UE na identificação e formulação de programas)
RMP-CV	Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde
SIDS	Small Insular Developing State / Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento
SIGOF	Sistema de Informação e Gestão das operações financeiras do Estado
TdR	Termos de Referência
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNDAF	United Nations Development Assistance Framework
VBG	Violência Baseada no Género

Conteúdo

1. Introdução	5
2. Contexto nacional	7
3. Análise da situação por sectores / domínios	11
3.1. Oportunidades económicas – competitividade e emprego.....	11
3.1.1.Análise da situação de género	11
3.1.2.Análise do contexto no sector e recomendações	20
3.2. Boa governação e finanças públicas.....	25
3.2.1.Análise da situação de género	25
3.2.2.Análise do contexto no sector e recomendações	29
3.3. Violência com base no género	33
3.3.1.Análise da situação de género	33
3.3.2.Análise do contexto no sector e recomendações	35
3.4. Saúde e saúde sexual e reprodutiva	38
3.4.1.Análise da situação de género	38
3.4.2.Análise do contexto no sector e recomendações	39
3.5. Energias renováveis, água e saneamento, e mudanças climáticas.....	41
3.5.1.Análise da situação de género	41
3.5.2.Análise do contexto no sector e recomendações	44
4. Mudança na cultura institucional em matéria de género	47
5. Implementação do GAP	55
Lista de Anexos.....	57

1. Introdução

A igualdade de género é um princípio universal de direito e um valor fundamental da União Europeia, consagrado no seu quadro legal e político.² É ainda um pilar do desenvolvimento e construção da democracia, sendo reconhecida como tal, entre outros, pela agenda de desenvolvimento global, que coloca a igualdade de género firmemente no centro da Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),³ espelhando o crescente comprometimento político da comunidade internacional com a garantia efetiva dos direitos das mulheres e intensificação dos investimentos necessários para o efeito.⁴

Em cumprimento dos seus compromissos com a promoção da igualdade de género, no quadro do Plano de Ação de Género da UE (GAP II 2016-2020),⁵ a Delegação da UE em estreita colaboração com os Estados-membros representados em Cabo Verde (Espanha, França, Luxemburgo e Portugal) e seus parceiros nacionais, elaborou uma análise da situação de género em Cabo Verde.

Esta análise pretende informar as iniciativas de cooperação em curso e futuras, qualquer que seja a modalidade através da qual são implementadas (apoio orçamental, programas e projetos, convites a apresentação de propostas, etc.), subsidiando a tomada de decisão quanto a abordagens sensíveis ao género.

As principais medidas identificadas para a integração da igualdade de género e empoderamento das mulheres na ação da Delegação da União Europeia (DUE) e Estados-membros são sistematizadas numa matriz (Anexo 1). De referir que dois Estados membros – Espanha e Portugal - se encontram em processo de definição da sua cooperação com Cabo Verde, pelo que esta matriz deverá ser atualizada uma vez terminado este processo. A França, cuja cooperação hoje em dia se efetiva essencialmente através da Agência Francesa de Desenvolvimento, não consta na matriz.

O documento destaca a situação de género nos três domínios temáticos do GAP II – (i) integridade física e psicológica, (ii) empoderamento social e económico, e (iii) voz e participação, detalhando em particular os sectores e domínios em que a DUE e os Estados membros trabalham em Cabo Verde, nomeadamente boa governação e finanças públicas, crescimento económico e empregabilidade, educação e saúde, energias renováveis, água e

² Ibidem p.2, com referência particular aos Artigos 2, 3, 21(1)-Tratado da União Europeia; Artigo 8-Tratado de Funcionamento da UE; Artigo 23 da Carta dos Direitos Fundamentais da UE (2000/C 364/01); Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens (COM(2010) 491 final); Plano de Ação da UE para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres no Desenvolvimento 2010-2015 (SWD, SEC(2010) 265 final); Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e Conselho; Plano de Ação de Direitos Humanos e Democracia (2015-2019); "Manter os Direitos Humanos no centro da agenda da UE" (JOIN(2015) 16 final)

³ Preâmbulo da UN (2015) A/RES/70/1 - Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development, paragraph 20: *"The 17 Sustainable Development Goals and 169 targets which we are announcing today demonstrate the scale and ambition of this new universal Agenda. (...) They seek to realize the human rights of all and to achieve gender equality and the empowerment of all women and girls.*

⁴ GAP II (2016-2020)

⁵ Adoptado em Set 2015 pela Comissão Europeia e pelo Serviço Europeu de Ação Externa (SWD(2015) 182 final)

saneamento e mudanças climáticas. A violência baseada no género (VBG) é apresentada na sua interface com vários sectores, tais como a educação, saúde, justiça, segurança, etc.

A presente análise destaca ainda os engajamentos de género que já existem em vários programas em curso de implementação, e assinala as áreas em que a integração de género pode ser melhorada. São apresentados os desafios de género que persistem, bem como as oportunidades identificadas para a integração da igualdade de género, as iniciativas em curso e os/as parceiros/as que atuam no sector.⁶

Adicionalmente, DUE e EM pretendem aprofundar substancialmente a forma como integram a igualdade de género no seu portfolio, em permanente diálogo com as autoridades nacionais. Esforço que corresponde ao tema 4 do GAP II - *Mudança na cultura institucional*, sem o qual dificilmente se poderá avançar rumo a melhores investimentos e resultados de género. Este processo de reforço interno deve ser seguido e documentado, tendo em conta as especificidades da cooperação - que assenta grandemente no Apoio Orçamental (cerca de 95% dos fundos disponibilizados pela DUE ao país). A discussão sobre como integrar o género na modalidade de Apoio Orçamental decorre há algum tempo, sendo útil a partilha de boas práticas e lições aprendidas.

O GAP de Cabo Verde (2016-2020) conta com vários anexos, em particular:

- A matriz do GAP para Cabo Verde, com os objetivos selecionados pela DUE e EM para reforço da integração da igualdade de género, e seu seguimento, no período 2016-2020
- A análise de género efetuada para diferentes modalidades de cooperação praticadas pela DUE e EM em Cabo Verde, com recomendações sobre como reforçar a integração da igualdade de género em cada caso
- Lista de encontros realizados e documentação revista para a elaboração do GAP
- Anexos para uso interno da DUE apoiando a mudança na cultura institucional (tema 4 do GAP) em matéria de género

⁶ Esta análise foi elaborada com base em revisão documental, encontros de consultação e mesas de diálogo com parceiros nacionais e internacionais da cooperação assim como representantes da sociedade civil (de acordo com a lista em anexo). Os resultados preliminares da análise foram partilhados e discutidos durante um Seminário temático organizado na sede da DUE o dia 28 de Novembro 2016.

2. Contexto nacional

Cabo Verde é conhecido pela sua sólida governação política e económica, processos eleitorais transparentes e participados, solidez institucional, imprensa livre e historial de respeito pelos direitos humanos. Em virtude dos progressos alcançados no seu desenvolvimento humano e rendimento *per capita*, em finais de 2007 graduou-se da lista de Países Menos Avançados. Estes progressos incluem a substancial redução da pobreza (de 49% em 1989 a 24,2% em 2015) e progressos significativos na saúde, educação, nutrição, entre outros, com impacto na melhoria das condições de vida da população.

Contudo, continua por cumprir o critério de graduação da vulnerabilidade económica.⁷ O país caracteriza-se pela escassez de recursos naturais e sua condição de Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS), que o torna vulnerável a fatores externos de cariz económico e climático. Tendo uma economia pequena e pouco diversificada, o país depende fortemente do turismo e das remessas da diáspora, e o desafio do financiamento do seu desenvolvimento e crescimento económico tem sido agravado pelas crises financeiras global e na zona Euro.

De acordo com o Índice Global de Desigualdade de Género (2016), Cabo Verde está classificado na 36ª posição de entre 144 países.⁸ No entanto, se em termos de saúde e educação obtém resultados excelentes (exceto na literacia de adultos), já na participação económica e oportunidades está na 104ª posição. No que diz respeito ao empoderamento político das mulheres, apesar de globalmente estar na 23ª posição, em matéria de representação no parlamento, encontra-se na 62ª posição. Resultados que mostram por um lado progressos existentes, ligados aos investimentos no capital humano, mas também os desafios que persistem com o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade, em particular no mercado de trabalho e participação na tomada de decisão, tanto na esfera privada como na esfera pública.

O **contexto legal e político** de Cabo Verde é favorável à igualdade entre mulheres e homens e ao empoderamento das mulheres, em consonância com os engagements tomados pelo Estado a nível nacional e internacional. Cabo Verde ratificou os principais instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos que, à luz da sua Constituição se tornam diretamente aplicáveis. A CEDAW, o Programa de Ação do Cairo e a Plataforma de Ação de Beijing são seguidos regularmente, aferindo os progressos em matéria de igualdade de género. Existem ainda dois relatórios de seguimento do ODM3.

O **dispositivo legal nacional** garante a igualdade e não discriminação face à lei e o Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG - 2015-2018) detalha os ganhos que Cabo Verde

⁷ Critérios de graduação: (1) PIB *per capita*; (2) desenvolvimento humano (indicadores de nutrição, saúde, educação e literacia de adultos); (3) vulnerabilidade económica (medidas da instabilidade da produção agrícola, da exportação de bens e serviços, handicap da pequenez económica, entre outros)

⁸ Fórum Económico Mundial

teve ao longo dos últimos anos em termos de quadro legal (pp. 43-45). Porém, identifica como desafio “*situações pontuais em que pode ser melhorado, e matérias que justificam a introdução de medidas afirmativas, reconhecendo situações em que existe necessidade de superar desigualdades*” (p.64).⁹

Existe **engajamento político** ao mais alto nível. O Programa do Governo para a IX Legislatura, a principal referência para o novo documento estratégico de desenvolvimento sustentável (PEDS - em curso de formulação),¹⁰ para além da Agenda de Transformação Cabo Verde 2030, é explícito quanto à importância atribuída à igualdade de género para o desenvolvimento do país: 2 dos 11 “*compromissos para a década*” focam especificamente questões de género, enquanto vários outros referenciam questões de inclusão social, centrando-se inclusivamente nas causas profundas da desigualdade de género. É ainda explícita a intenção do Governo de trabalhar para que Cabo Verde seja uma referência em matéria de igualdade de género e inclusão social. Os grandes eixos da política de inclusão social preconizam uma abordagem territorial e integrada (assente no mapeamento da pobreza, suas características, respostas multisectoriais e de proximidade); os da política de género focam o compromisso com a integração transversal de uma abordagem de género em todas as esferas da governação, intervenções promotoras da equidade de género, a definição da agenda de cuidados, e a obrigatoriedade da elaboração e execução de orçamentos sensíveis ao género para ultrapassar «*o tradicional tratamento das questões do género como simples apêndice dos projetos financiados pelos doadores*» (p.80), sendo identificados os vários domínios em que se pretende que as questões de género sejam tomadas em consideração de forma mais efetiva, com destaque particular para o mundo rural, onde tendencialmente a pobreza e desigualdades de género são mais marcadas.¹¹

O PNIG (2015-2018) estrutura-se em 8 eixos estratégicos: (1) Saúde, (2) Direitos Sexuais e Reprodutivos, (3) VBG, (4) Educação e formação profissional, (5) Economia produtiva, (6) Economia reprodutiva, (7) Participação política, tomada de decisão e comunicação, (8) Reforço institucional para a integração da abordagem de género nas políticas públicas. Verifica-se um quase total alinhamento entre as prioridades de género da UE e as definidas a nível nacional, tanto no que diz respeito às 3 áreas temáticas do GAP II, como à sua área horizontal (mudança na cultura institucional nas estruturas da UE, que corresponde ao eixo 8 do PNIG, desta feita virado para o reforço das capacidades nacionais). De referir que o eixo estratégico do combate à VBG do PNIG conta com um plano de ação específico.¹²

⁹ PNIG (2015-2018), pp. 43-45 para detalhes sobre o quadro legal e citação na p.64

¹⁰ A avaliação do DECRP III (2012-2016) está em curso, com assistência técnica da UE e outros parceiros de desenvolvimento, prevê-se que dê tratamento às questões sociais e de género. Em finais de Janeiro de 2017 será lançado o processo de elaboração do PEDS junto dos sectores e demais intervenientes

¹¹ Programa do Governo para a IX Legislatura (2016), ponto 13 - *Estado social, capital humano, qualidade de vida e combate às desigualdades* (em particular a seção *Igualdade de Género*, mas não exclusivamente, pp.79-80)

¹² 2º Plano Nacional de Combate à VBG (PNVBG 2014-2016)

Prioridades do GAP II (2016-2020)	Eixos estratégicos do PNIG (2015-2018)
Integridade física e psicológica das mulheres e meninas	1. Saúde 2. Direitos Sexuais e Reprodutivos 3. VBG
Direitos económicos e sociais e empoderamento das mulheres e meninas	4. Educação e formação profissional 5. Economia produtiva 6. Economia reprodutiva
Participação e voz das mulheres e meninas	7. Participação política, tomada de decisão e comunicação
Mudança na cultura institucional e serviços para uma implementação mais eficaz dos seus compromissos com a igualdade de género	8. Reforço institucional para a integração da abordagem de género nas políticas públicas

Em termos de **quadro institucional**, a área de género encontra-se agora sob a superintendência da Ministra da Educação, Família e Inclusão Social. O ICIEG está em fase de renovação da sua liderança e equipa técnica. Trabalhará numa lógica de institucionalização das medidas de política nos programas sectoriais prevendo-se assim que seja uma fonte de assistência técnica aos sectores para a integração transversal da igualdade de género. Deverá coordenar, conjuntamente com o INE, o Observatório da Igualdade de Género. Prevê-se que o ICIEG continue a trabalhar em estreita colaboração com a sociedade civil engajada na matéria.

O papel das organizações da **sociedade civil** engajadas na promoção da igualdade de género tem sido fundamental no país, quer na prestação de serviços às suas e seus beneficiários, quer na participação na definição de políticas de igualdade de género, e advocacia, com resultados bem concretos em muitos casos.¹³ Contudo, o grosso das organizações da sociedade civil, que laboram noutros domínios a nível nacional e local, não usam de forma sistemática uma abordagem de género na sua programação e atividades. Adicionalmente, a participação dos representantes da sociedade civil na definição e seguimento das políticas públicas – nacionais, sectoriais e locais, incluindo no que toca à integração da abordagem género, carece de maior sistematização e mecanismos próprios, para que esta participação possa ultrapassar o nível da consulta e partilha de informação.

A DUE e EM abraçam o compromisso de contribuir cada vez mais para resultados tangíveis em matéria de igualdade de género, sendo de realçar os seguintes desafios para uma integração da abordagem de **género na cooperação DUE e EM** mais efetiva:

- ▶ A integração do seguimento das ações e progressos no domínio da igualdade de género na modalidade de Apoio orçamental
- ▶ A disponibilidade de dados desagregados e indicadores específicos de género, fundamentais para sustentar as análises, definir medidas e seguir os progressos
- ▶ O reforço da capacidade institucional interna e dos/as parceiros/as em matéria de abordagens sensíveis ao género nos domínios priorizados pelo Apoio Orçamental, tendo em conta o *shift* do foco primordial da cooperação para áreas ligadas ao crescimento,

¹³ PNIG (2015-2018), p.46 e seguintes. Por exemplo no caso da Lei VBG, ou ainda da orçamentação sensível ao género, engajamento dos homens contra a VBG, etc.

competitividade, finanças *versus* áreas sociais. Com efeito, são áreas em que tradicionalmente não tem havido prática de integração das questões de género

- ▶ A articulação e coordenação entre a DUE e os EM, e outros atores que trabalham em matéria de igualdade de género, em particular as Nações Unidas / ONU Mulheres

Em relação aos **objetivos do GAP II selecionados**, a DUE e os EM representados em Cabo Verde propõe-se seguir oito objetivos, ligados à integridade física e psicológica das mulheres (VBG e saúde), seu empoderamento económico (educação, formação profissional e empregabilidade; proteção social/trabalho decente; financiamento de iniciativas geradoras de rendimento) e participação na tomada de decisão (processos de governação; processos de desenvolvimento a nível local; resiliência às mudanças climáticas). Os temas retidos correspondem a prioridades nacionais em matéria de igualdade de género, conforme identificadas pelo PNIG, PNVBG e Programa do Governo, bem como às áreas de concentração da cooperação com Cabo Verde.

Tendo em conta a importância do Apoio Orçamental em Cabo Verde, incluindo o reforço das capacidades institucionais de atores-chave neste contexto, serão ainda seguidos em particular alguns dos objetivos da prioridade 4 do GAP II, relativos ao diálogo político sobre questões de género e à utilização de análises de género, de forma sistemática, para informar o desenho das ações apoiadas, sejam programas ou políticas.

Integridade física e psicológica	7. Meninas e mulheres livres de todas as formas de violência com base no género
	11. Assegurar o acesso a direitos e serviços de saúde sexual reprodutiva, incluindo educação sexual e para a saúde
Direitos económicos e sociais / empoderamento económico	13. Aumento nas meninas e mulheres que recebem educação de qualidade e formação profissional e/ou em empreendedorismo
	14. Acesso ao trabalho decente para as mulheres de todas as idades
	15. Acesso igual das mulheres a serviços financeiros, uso e/ou controlo sobre a terra, e outros recursos produtivos, bem como apoio para iniciativas empreendedoras
Voz e participação das meninas e mulheres	17. Direitos e capacidades iguais das mulheres para a participação em processos políticos e de governação a todos os níveis
	18. Empoderamento de meninas, mulheres e suas organizações para participar, enquanto agentes para a prestação de contas, nos processos de políticas públicas e orçamentos a todos os níveis
	20. Direitos iguais das mulheres em participar e influenciar processos de tomada de decisão relativos a questões climáticas e ambientais

3. Análise da situação por sectores / domínios

3.1. Oportunidades económicas – competitividade e emprego

3.1.1. Análise da situação de género

Questões de género associadas à pobreza, mercado de trabalho, ensino profissional e educação, economia produtiva e reprodutiva e sistema de cuidados, sector do turismo e sectores conexos, ambiente de negócios, política fiscal e comércio

Um dos grandes desafios de Cabo Verde é a promoção do crescimento económico e a melhoria da capacidade do mercado de trabalho absorver a mão-de-obra, no sentido da redução da pobreza e do desemprego, e do reforço da coesão social. A redução da pobreza, mediante o reforço da competitividade e emprego é, no âmbito do acordo de Apoio orçamental da UE, uma das 5 áreas prioritárias para o reforço das capacidades institucionais. É ainda o único objetivo específico que conta com um indicador de seguimento em que os dados devem ser desagregados por sexo, reconhecendo as desigualdades de género que persistem em termos de emprego e empregabilidade.¹⁴ De seguida são analisados com algum detalhe os desafios para o empoderamento económico das mulheres que deverão ser considerados nas diversas iniciativas de cooperação, sob pena de não se cumprir o objetivo maior acima proposto.

Apesar da redução global da taxa de **pobreza** relativa para 24,2% em 2015, as mulheres continuam a estar mais representadas entre as pessoas em situação de pobreza (53%).

- ⇒ Em 2007, a taxa da pobreza relativa era de 26,6%
- ⇒ Com 1 em cada 3 famílias representadas por mulheres em situação de pobreza (33%)
- ⇒ E 1 em cada 5 das representadas por homens (21%)
- ⇒ Em 2015, a pobreza continua particularmente elevada no meio rural (cerca de 41%)
- ⇒ Regista-se, porém, uma diminuição em 3,3 pontos percentuais em relação a 2007
- ⇒ No meio urbano a pobreza é menor (15%)
- ⇒ Apesar de ter aumentado 1,8 pontos percentuais em relação a 2007
- ⇒ As *despesas* das famílias (pobres e não pobres) representadas por mulheres são inferiores às das representadas por homens (em cerca de 10 pontos percentuais das despesas anuais)

INE (18 novembro 2016) Apresentação dos resultados preliminares do IDRF III

Em termos de **modo de vida** e **taxa de atividade**, verifica-se que:

- O trabalho é o principal meio de vida para 35% das mulheres e para 51% dos homens (Censo, 2010).
- Os dados do Inquérito ao Emprego (IMC, 2015) apontam para uma taxa de atividade das mulheres substancialmente inferior à dos homens - respetivamente 52,7% e 64,1%, uma

¹⁴ Indicador: *Pourcentage des Jeunes (15- 24 ans) ayant conclu avec succès des cours de formation professionnel et trouvé un emploi dans un délai d'une année (désagrégé par sexe)*

diferença de 11,4 pontos percentuais. Em números, das 158.910 pessoas inativas, 67.375 são homens e 91.536 são mulheres.

- As disparidades são mais marcadas no meio rural, onde a taxa de atividade feminina é de 41,6% e a masculina de 59%, uma diferença de mais de 17 pontos percentuais.
- Os motivos para não se ser considerado(a) população ativa são diferentes para mulheres e homens: 22,5% das mulheres referem as responsabilidades familiares, um motivo referido por 4% dos homens (Censo, 2010). De acordo com o IMC (2015), 10% dos inativos refere como motivo as responsabilidades pessoais ou familiares, e 15% a invalidez, doença, acidente ou gravidez e, certamente, a maioria dos respondentes terão sido mulheres.¹⁵

As consequências desta menor inserção no mercado de trabalho são várias:

- A dependência económica das mulheres, sendo elas frequentemente o único recurso disponível para a sobrevivência da família, acumulando as funções de provedora e educadora única dos filhos. Em particular, no caso das famílias monoparentais: 39% dos cerca de 139.000 agregados familiares de Cabo Verde são monoparentais (nucleares ou compostos) - 33% representados por uma mulher e 6% por um homem.¹⁶ Assim o modelo de família, conjugal nuclear, formada por um casal e os/as filhos/as, todos vivendo juntos e onde o homem é o principal provedor e a mulher dona-de-casa ou uma fonte de ingresso adicional, está longe de ser uma realidade.¹⁷
- Para além da dependência na atualidade das mulheres, haverá potencialmente dependência no futuro, na medida em que não terão acesso à cobertura do regime contributivo da Segurança Social. Esta preocupação também se aplica a mulheres empregadas, na medida em que, conforme ilustrado por Marone (2016), com base na análise dos dados de emprego 2014 (IMC), as mulheres não só entram mais tarde no mercado de trabalho, como passam lá consideravelmente menos tempo do que os homens (em média 40 a 44 anos de trabalho para os homens e 30 a 34 para as mulheres).
- Ultrapassando o ponto de vista individual, familiar e social, esta mesma autora destaca os custos económicos para o país da menor participação das mulheres no mercado de trabalho. Com efeito, a situação de dividendo demográfico de Cabo Verde caracteriza-se por uma elevada proporção de pessoas em idade laboral (15-64 anos), que em princípio produzem mais e consomem menos (ex. despesas de saúde, educação, etc.) do que as pessoas em outras faixas etárias (crianças e idosas). O aumento do número de trabalhadores por dependente aumentaria o efeito de bónus demográfico, o que em Cabo Verde implicaria uma maior integração laboral de mulheres e jovens (mulheres e homens). A autora apresenta um modelo estimativo com base nos dados do emprego

¹⁵ Os dados do IMC não são apresentados de forma desagregada. Para além disso, é importante separar os dados de invalidez, doença e acidente, dos dados de gravidez, tanto de um ponto de vista conceptual, como da utilidade dos dados.

¹⁶ INE - Estatísticas de condições de vida – IMC 2015. Subemprego medido por nº de horas trabalhadas inferior a 35h quando pessoa declara querer trabalhar mais horas, se encontrasse outra atividade

¹⁷ Com base no Anexo Técnico de Género do Programa CVE – 081 / LuxDev (2015).

de 2014: a resolução das disparidades de género na taxa de atividade teria um efeito potencial de crescimento no PIB de até 12,2%.¹⁸

Em termos de **desemprego**, verifica-se atualmente alguma redução das disparidades de género nos indicadores globais.¹⁹ Todavia, a situação por ilha e concelho é bastante variada, tanto a desfavor das mulheres como dos homens. No desemprego jovem, em que tradicionalmente também existem importantes disparidades de género, em 2015, nas taxas nacionais só transparecem na faixa dos 15-19 anos, com disparidades de género diferentes para o meio rural e urbano. Dados que apontam para a necessidade de análises de género mais detalhadas, cruzando variáveis além do sexo.

- ⇒ Taxa nacional de desemprego: mulheres 11,2% - homens 13,5%
- ⇒ Taxa desemprego 15-19 anos: 30%
- ⇒ 35% mulheres 15-19 anos
- ⇒ 26% homens 15-19 anos
- ⇒ Meio urbano: 47% homens e 40% mulheres 15-19 anos
- ⇒ Meio rural: 12% homens e 24% mulheres 15-19 anos

INE (2016) Estatísticas do Emprego e Mercado do Trabalho – IMC (2015)

Em termos de **emprego**, mantém-se uma forte segregação de género nas atividades profissionais, e os nichos de emprego feminino não são necessariamente rentáveis, valorizados socialmente ou seguros, o que condiciona o acesso a rendimentos.

- ⇒ Sector informal: mulheres representam 59% dos ativos em 2014²⁰
- ⇒ Emprego doméstico: em 2015, é o 3º nicho de emprego das mulheres
- ⇒ 1º nicho de emprego das mulheres (comércio) e 2º (agricultura): dominados pela informalidade
- ⇒ Mulheres são o grosso dos trabalhadores familiares não remunerados
- ⇒ Subemprego: mais elevado entre as mulheres (28% versus 24% nos homens)
- ⇒ Disparidades mais marcadas no meio rural (*relativiza desemprego mais baixo no meio rural*)
- ⇒ Taxa de subemprego no meio rural: 46%
- ⇒ 2 em cada 5 homens nesta situação (40%)
- ⇒ Mais de 1 em cada 2 mulheres (55%)
- ⇒ Agricultura/pescas absorve 19% das pessoas ocupadas em 2015 (era 15,3% em 2014)
- ⇒ Mas apenas 34% são mulheres (versus 66% homens)
- ⇒ Existe progresso em relação a 2014 (25%) e 2013 (22%), mas a proporção continua sendo baixa

INE, Inquérito ao Sector Informal (2012 e 2014)

INE, Estatísticas do Emprego e Mercado do Trabalho – IMC (2013, 2014 e 2015)

No que tange à **liderança nas empresas**, de acordo com o IV Recenseamento Empresarial, em 2012 a maioria das empresas em Cabo Verde eram geridas por homens

¹⁸ Marone (2016) Demographic Dividends, Gender Equality, and Economic Growth: The Case of Cabo Verde. *IMF Working Paper* WP/16/169. Institute for Capacity Development.

¹⁹ Contudo, nos últimos anos, os dados de desemprego por género apresentam tendências contraditórias

²⁰ Os dados do Inquérito ao sector informal de 2014 não são apresentados desagregados por sexo, pelo que são citados os dados de 2012. Os dados de 2012 apresentam mais indicadores desagregados por sexo: apontam para salários baixos globalmente (50% dos empregados do sector informal auferem um rendimento mensal inferior a 11.800 ECV) e em particular no caso das mulheres (2 vezes mais baixo do que o dos homens); 60% são trabalhadoras familiares não remuneradas

(65% versus 35% por mulheres). A proporção de mulheres na liderança apenas é acima da média nacional nas ilhas do Sal (42%), São Vicente (39%) e Boavista (37%). No entanto, se se tiver em conta as empresas com contabilidade organizada (que se supõe serem de maior porte e rendimento do que as empresas sem contabilidade organizada), apenas 18% são lideradas por mulheres.²¹

Em termos de **educação**, as mulheres com menor nível de educação têm uma taxa mais baixa de desemprego do que os homens com o mesmo grau. Mas pelo contrário, as que têm níveis mais elevados de escolaridade têm taxas de desemprego mais elevadas, mostrando que a melhoria no nível de educação das mulheres pode não resultar, por si só, em maior inserção no mercado de trabalho.

- Apenas 3% das mulheres sem nível de educação estão desempregadas, contra 11% dos homens: compatível com a precariedade da inserção laboral acima descrita.
- Para nível pós-secundário, o desemprego afeta 13,2% das mulheres e 9% dos homens: diferença de 4 pontos percentuais, que sobe para 10 pontos percentuais no meio rural (taxa de desemprego 20,1% para as mulheres e 10,5% para os homens).²²

A este respeito, uma análise estatística do Banco Mundial mostra que em Cabo Verde apenas uma pequena parte das diferenças na probabilidade de estar inserido no mercado do trabalho podem ser atribuídas a diferenças no capital humano entre homens e mulheres (ex. maior experiência, anos de educação ou tipo de competências adquiridas). Essas diferenças são significativas, mas explicam menos de 1/4 das diferenças entre homens e mulheres, sendo o grosso destas diferenças atribuída a fatores de discriminação.²³

Do ponto de vista do **sistema educativo** e de **formação profissional**, observa-se que:

- As raparigas que frequentam o sistema educativo têm mais sucesso que os rapazes (abandonam menos, reprovam menos) a todos os níveis (do primário ao superior).
- Contudo, as escolhas de áreas de estudo continuam marcadas por estereótipos de género, com uma clara divisão entre áreas das ciências exatas/técnico-científicos e das ciências sociais e humanísticas (com exceção da saúde).
- Apesar dos progressos, a situação das mulheres rurais e das mulheres com 35 anos ou mais, exige uma atenção particular, já que continuam com taxas substancialmente mais elevadas de analfabetismo, o que condiciona o tipo de formação e qualificação a que têm acesso. A este respeito, a efetiva implementação da escolaridade de base até ao 8º ano, implicará um novo esforço de oferta de serviços de alfabetização de adultos e jovens que deixam a escola precocemente.
- Muitas das mulheres que precisam de qualificação, no sentido de uma melhor inserção, encontram-se inseridas no mercado de trabalho, numa lógica de sobrevivência.²⁴

Tanto o sistema de educação, como a formação profissional são sectores determinantes para a igualdade de género: pela sua relação com o emprego e empregabilidade, mas

²¹ INE e ICIEG (2015) Mulheres e Homens em Cabo Verde: factos e números

²² INE (2015) IMC

²³ Christie, T. & Rioja, F. (2013). Shifting the Composition of Expenditures and Financing to Enhance Growth Potentialities, chapter 3. In World Bank (2013) Addressing the challenges of a middle-income small state - Country Economic Memorandum

²⁴ Com base no Anexo Técnico de Género do Programa CVE – 081 / LuxDev (2015).

também enquanto veículo de “transformação social e mudança de mentalidades” (PNIG p.31), em particular em Cabo Verde, tendo em conta as elevadas taxas de acesso aos vários níveis. É assim fundamental que, para além da paridade, as muitas dimensões de uma efetiva integração da abordagem de género sejam tidas em conta: currículo escolar que contribua para educação para a igualdade, respeito mútuo, coresponsabilidade; formação de professores(as); recursos educativos; participação paritária das mulheres na gestão e tomada de decisão; segurança na escola; aconselhamento vocacional sensível ao género.

Do ponto de vista da igualdade de género, é fundamental o debate em curso sobre o sistema de cuidados. Aborda uma causa profunda primordial da desigualdade de género - a **economia produtiva e reprodutiva**, e as consequências que dela advêm, à luz da divisão sexual do trabalho. A economia produtiva abrange as atividades de produção de bens e serviços, orientadas para o mercado e, no geral, são remuneradas e realizadas na esfera pública. Por outro lado, são diariamente desempenhadas tarefas que permitem cuidar do bem-estar físico e emocional das pessoas, e às quais são dedicadas tempo e esforço considerável. Apesar de garantirem a reprodução das pessoas e as condições de sustentabilidade do sistema económico, esta parte da economia, dita economia reprodutiva, é não remunerada e realizada na esfera privada. O inquérito sobre o Uso do Tempo, realizado em 2012 pelo INE, mostra que as mulheres são pobres em tempo, em virtude dos papéis e estereótipos de género que lhes atribuem responsabilidades quase exclusivas nas tarefas domésticas, educação dos filhos e cuidados a familiares: em média, dedicam mais 3 horas e meia por dia do que os homens a tarefas não remuneradas, sendo que 90% das mulheres executa trabalho não remunerado em comparação com 73% dos homens. Mas, as mais afetadas são as mulheres mais pobres: têm uma maior carga de trabalho reprodutivo que lhes deixa menos tempo para poderem-se dedicar ao trabalho produtivo, a uma melhor formação, procura de emprego, ou seja menos oportunidades de gerar condições para sair da pobreza.²⁵

- ▶ As mulheres nos níveis de conforto mais baixos e com menores níveis de educação têm a seu cargo mais horas de trabalho não remunerado do que as demais.
- ▶ Entre as mulheres que detêm no máximo o ensino básico e as que frequentaram ensino médio ou superior, essa diferença é de cerca de 10 horas médias semanais a mais.
- ▶ O ciclo de vida tem também impacto: a partir da adolescência e ao longo da vida, as mulheres dedicam cada vez mais tempo ao trabalho não remunerado, quase o dobro do dedicado pelos homens. Trabalho que só volta a diminuir a partir dos 65 anos.
- ▶ O tempo dedicado pelas mulheres aos cuidados dos filhos aumenta com o número de filhos (mais de 12 horas médias semanais de diferença entre quem tem 1 e 3 crianças)
- ▶ Enquanto a participação dos homens se mantém praticamente igual e baixa ao longo do ciclo de vida (constituir família e/ou ter filho(a)s), independentemente do seu nível de conforto ou de estudo.

**Análise da situação do PNIG
INE (2012) Inquérito sobre o Uso do Tempo / IMC**

A existência de opções de apoio ao cuidado a dependentes (crianças pequenas, idosos, portadores de deficiência) beneficiariam assim, em particular, as mulheres e o seu ingresso no mercado de trabalho, em particular no caso das mais pobres, cuja inclusão social passa

²⁵ Plano Nacional para a Igualdade de Género (PNIG, 2015-2018), p.13-15

pelo emprego. De referir que os serviços de apoio neste domínio comportam, em si, o potencial para gerar emprego, maioritariamente feminino. Não deve, contudo, ser descurada a importância, numa perspetiva transformativa, de trabalhar a coresponsabilização pelos cuidados dentro da família.

Marone (2016) identifica duas linhas de política para promover uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, uma focada na redução do tempo dedicado a tarefas não remuneradas (em que inclui, para além das opções acima mencionadas, o acesso a água e eletricidade, e programas de transferência de renda direcionados); outra focada no aumento da empregabilidade e contratação das mulheres. Incluindo a promoção de modalidades de trabalho flexível, empreendedorismo feminino, formação específica, acesso a financiamento, campanhas para aumentar a diversidade de género nas empresas, eliminação de práticas discriminatórias e burocracia.

Em termos de sectores promotores de crescimento, o Programa do Governo para a IX Legislatura elege o turismo como um dos pilares centrais da economia, enquanto sector gerador de escala, sendo que deverá ultrapassar o conceito sectorial em direção a uma «*multi-especialização da economia cabo-verdiana* (p.39)». Contexto em que tomam particular relevância as economias criativas, agronegócio e o empreendedorismo.

O **turismo** em 2015 empregou nos hotéis e restauração 7,4% dos ativos ocupados, sendo um sector de alguma concentração das mulheres: estas representam praticamente 62% do efetivo. O sector corresponde ao 4º nicho de emprego das mulheres, enquanto para os homens aparece em 6ª posição. Os empregos concentram-se sobretudo nas ilhas do Sal e da Boavista e são, em grande medida, sazonais, vinculados à época alta: 60% dos trabalhadores e das trabalhadoras tem um contrato precário, de 3 a 6 meses de duração.²⁶ Os formandos e formandas qualificados pela Escola de Hotelaria e Turismo (maioritariamente mulheres) têm uma taxa de empregabilidade elevada (da ordem dos 75%), sem disparidades de género (75% mulheres, 74% homens).

Em termos de promoção da igualdade de género no sector, muita da intervenção passa pela promoção de um turismo sustentável e sensível ao género. No entanto, o modelo mais praticado atualmente (*all-inclusive*) assenta primordialmente em cadeias de bens e serviços internacionais: tem um impacto limitado na economia local, e mesmo no mercado de trabalho - para além de levantar questões sociais e ambientais.²⁷ Existem desafios importantes na ligação dos mercados internos ao turismo (entre outros, os custos elevados da produção, transporte, escala). Ao promover uma melhor integração entre este sector e os mercados locais, será necessário ter em conta as especificidades de género das mulheres envolvidas (ou a envolver) nas cadeias de valor (ex. agronegócio ou indústrias criativas).

De acordo com a definição da UNCTAD (2010), o conceito de **economias criativas**, abrange recursos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento económico: geração de rendimento, criação de emprego e receitas de exportação ao mesmo tempo que promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

²⁶ ICIEG, Direção Geral do Turismo, ONU Mulheres (2016) Plano de ação para a transversalização da abordagem de género no turismo (2016-2018)

²⁷ Marone (2016) Demographic Dividends, Gender Equality, and Economic Growth: The Case of Cabo Verde. *IMF Working Paper* WP/16/169. Institute for Capacity Development.

Em Cabo Verde, para além da música, até agora vêm sendo promovidas essencialmente as “artesanias criativas”,²⁸ numa lógica de produção em pequena escala, mediante práticas colaborativas, financiadas via microcrédito. A abordagem tem sido de inclusão social, sem que esteja claro até que ponto tem em conta a situação específica das mulheres, nem um sistema que permita o seguimento das questões de género.

De acordo com o inquérito geral ao emprego (IMC, 2015) as atividades artísticas, desportivas e recreativas geram de momento menos de 1% do emprego, sendo um ramo de atividade dominado pelos homens (92% versus 8% de mulheres). Porém, um estudo específico que considera um conjunto mais abrangente de áreas, realizado com apoio da UE, matiza estes dados e estima que o emprego cultural, tendo em conta as suas várias dimensões, representa entre 10,3% e 10,6% da força de trabalho do país:²⁹

As áreas de emprego incluem:

- ▶ Vertente performativa (espetáculos musicais ao vivo, atuações e celebrações) (39%)
- ▶ Audiovisual e media interativos (16,7%)
- ▶ Manufatura (8,7%)
- ▶ Livros e imprensa (4,8%)
- ▶ Design e serviços criativos (4,6%)
- ▶ Artesanato (4,3%)
- ▶ Património intangível (4,3%)

Estudo sobre o impacto da Cultura na Economia Cabo-verdiana (2013)

Dados em relação aos quais não há análise de género, mas um estudo que caracterizou o sector em 3 dos 5 PALOP, indica que em Cabo Verde a liderança das iniciativas é maioritariamente masculina, registando-se participação de mulheres na idealização/concretização das atividades, e na gestão das organizações. O sector é dominado por micro-empresas e pela informalidade: em média 66% das unidades de produção no sector cultural são informais, com todos os constrangimentos associados a esta situação.³⁰

Em relação ao **agro-negócio**, não pode ser descurado o facto da pobreza se concentrar no meio rural, onde as oportunidades de acesso a um rendimento independente e regular são limitadas.³¹ A agricultura é em grande parte sazonal, sobretudo a de sequeiro: as mulheres estão sobre-representadas neste tipo de agricultura, enquanto os homens dominam a agricultura de irrigação, mais rentável.

O sector é marcado pela falta de recolha de dados desagregados por sexo, o que dificulta o seguimento da forma como os investimentos impactam a vida de mulheres e homens. A maioria dos documentos estratégicos e de planificação do sector não têm uma abordagem de género, apesar da sua íntima ligação com atividades produtivas, fundamentais para o rendimento familiar (agricultura, pecuária, pescas, etc.). O relatório do ODM3 (2014) refere por exemplo que “as oportunidades que decorrem dos investimentos já realizados, tais como

²⁸ Ministério da Cultura (2014), Plano Estratégico Integrado para o Desenvolvimento das Economias Criativas

²⁹ Estudo sobre o impacto da Cultura na Economia Cabo-verdiana (2013), elaborado no âmbito da *Assistance technique au Secretariat ACP pour la gestion du programme EU-ACP d'appui au secteur culturel (ACP Cultures+)*

³⁰ ACEP (2016) Futuros Criativos - Economia e Criatividade em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe

³¹ ICIEG (2014) PNIG (2015-2018)

as barragens, devem ser informados por uma sólida análise de género, sob pena do seu impacto limitado sobre as mulheres rurais” (p 9).

- ▶ A situação de mulheres e homens é bastante diferenciada no mundo rural, em termos de educação, acesso a informações e tecnologias de modernização das práticas agrícolas
- ▶ Existem questões de género no acesso à terra
- ▶ As análises das cadeias de valor não explicitam o papel que mulheres e homens têm em cada elo da cadeia, dificultando o desenvolvimento de cadeia de valores numa perspetiva de género

Alguns dos constrangimentos identificados para o agronegócio:

- Desigual participação das mulheres no mundo rural
- Seu menor acesso aos fatores de produção, crédito e iniciativas de reforço das capacidades, sem que tenham sido estabelecidos mecanismos de discriminação positiva a respeito
- Barreiras de género no acesso e controlo dos recursos estão vinculadas aos estereótipos associados à divisão social do trabalho
- Desconhecimento da situação diferenciada de mulheres e homens nas cadeias de valor
- Sem este conhecimento, difícil elaborar uma estratégia de género para o fomento do agronegócio

ONU Mulheres (2012), Análise de género do sector do agronegócios

O **empreendedorismo feminino** tem recebido alguma atenção no quadro do debate em curso sobre empreendedorismo e promoção do sector privado, e os dados já referenciados sobre a inserção das mulheres no mercado laboral indicam a necessidade de uma estratégia específica. As mulheres empreendedoras não detêm *“experiência, com frequência, instrumentos e competências que lhes permitam uma análise consistente das oportunidades do mercado, melhorar os seus produtos e colocá-los de forma sustentável no mercado”*. (PNIG p.37)

A promoção do empreendedorismo feminino precisa ir para além das questões de paridade, já que as mulheres, sobretudo as mais pobres, enfrentem desafios específicos. Na sua larga maioria, as mulheres procuram melhores condições de vida (empreendedorismo de necessidade). É fundamental distinguir a abordagem a acionar de acordo com os diferentes perfis (idade, escolaridade, motivações, competências, experiência).

- ▶ Algumas organizações de apoio ao empreendedorismo feminino (ONG, associações de base comunitária, organizações de microfinanciamento) e instituições têm uma abordagem de cariz social mais do que económico-empresarial
- ▶ A lógica é essencialmente a do microcrédito
- ▶ As beneficiárias são sobretudo mulheres chefes-de-família entre os 30 e os 50 anos
- ▶ Impacto: maior autonomia económica e auto-estima; a renda é canalizada para a melhoria das condições de vida da família (educação, saúde, alimentação, habitação)³²
- ▶ São, assim, iniciativas promotoras da inclusão social pela via da geração de renda
- ▶ Todavia, não são necessariamente iniciativas empresariais
- ▶ Muitas são atividades informais, geradoras de renda a nível da sobrevivência
- ▶ Apesar da elevada taxa de reembolso do microcrédito, há questões de sustentabilidade dos negócios

³² ICIEG (2013) Cooperativa de Produção Aloe Vera da Ribeira Grande de Santiago: Estudo de Caso

O acesso ao financiamento é sistematicamente sinalizado como um constrangimento. Apesar de não existirem dados desagregados por sexo em relação ao acesso ao financiamento, o facto de as mulheres serem o público-alvo preferencial do microcrédito dá uma indicação a respeito. Mesmo no que tange ao microcrédito, há que ter em conta que a taxa de penetração é baixa – estimada em 2,9%, e o acesso no meio rural e zonas encravadas é limitado.³³

Em termos de crédito bancário:

- ▶ As mulheres têm, possivelmente, menor capacidade de oferecer garantias, pela sua situação socioeconómica e, no caso de bens imóveis (possível garantia) pela situação de informalidade: estima-se que quase 92% das habitações e 82% dos negócios não têm documentação de registo de bens imóveis.³⁴
- ▶ No caso de mulheres em situação de união de facto, as práticas institucionais requerem o reconhecimento da união para o registo de um bem comum também em seu nome, quando a documentação se encontra apenas no nome do convivente.³⁵
- ▶ A população, e mesmo as instituições, desconhecem as disposições do código civil em relação à união de facto, bem como os procedimentos associados. O reconhecimento da união de facto é uma prática pouco comum e depende da vontade dos dois conviventes.

O **ambiente de negócios** é fundamental para a competitividade e crescimento e, de forma geral, as medidas que simplificam, desburocratizam e tornam mais claros procedimentos, serão facilitadoras também para as mulheres. É assim necessário assegurar que estas têm acesso às informações, de forma acessível e completa, e que sejam incluídas nos fóruns e instâncias de tomada de decisão, numa perspetiva de empresariado feminino.

A **política fiscal**, por seu lado, é um elemento associado ao ambiente de negócios, por via dos incentivos fiscais: estes incidem sobre sectores/atividades específicos, logo de forma diferente nos homens e mulheres a eles associados.

Outro dos temas ainda em pauta é a formalização dos negócios do sector informal, numa lógica de aumento da base tributária. Porém, a informalidade também representa uma estratégia de sobrevivência, e as iniciativas de reforço do empreendedorismo são ainda limitadas, e nem sempre têm um enfoque de género (PNIG, p.35).

Do ponto de vista do cidadão, a estrutura familiar condiciona as regras para a declaração de impostos sobre o rendimento individual ou familiar, sendo aliás utilizada em vários países como incentivo no contexto da política de população:

- ▶ Elevada proporção de famílias cabo-verdianas monoparentais (39% em 2015, IMC)
- ▶ Representadas na sua quase totalidade por mulheres
- ▶ Elevada proporção de uniões de facto (20,5% versus 10% de casamentos).³⁶

³³ LuxDev, Documento de Projeto do *Projet d'Appui au Développement de la Finance Inclusive* (PADIF 2016-2018)

³⁴ Fundación Canaria & ILD Europa (2010) Panorama da Extralegalidade em Cabo Verde

³⁵ Rose, I. & Barros, C. (2016) Balancing Legal Formalism with the Potential Risk of Gender Bias: Challenges in Cabo Verde's Property Rights Cadaster Project

<https://www.conftool.com/landandpoverty2016/index.php?page=browseSessions&presentations=show&search=lan+Rose>

³⁶ INE (2010) Recenseamento Geral da População e Habitação - RGPH

Estão em curso reformas à política fiscal e há que reconhecer que o seu impacto de género não é conhecido (sobre quem recaem impostos e taxas), aspeto a ser conjugado com as questões orçamentais, na medida em que a política fiscal determina o nível de arrecadação de receitas, que poderão ser investidas em políticas públicas.

Outro tema associado ao ambiente de negócios é o **comércio** e a sua liberalização, sendo que as reformas e políticas neste âmbito são suscetíveis de ter um impacto diferenciado sobre mulheres e homens, tanto favorável como desfavorável:

- ▶ Os impactos dependem da posição individual da cada mulher e suas capacidades naturais ou adquiridas
- ▶ Algumas mulheres poderão ver-se ameaçadas pela competitividade num determinado sector
- ▶ Noutro, podem beneficiar de oportunidades de emprego e melhores salários³⁷

Especificamente, com base num estudo de caso de Cabo Verde, a UNCTAD (2010) recomenda que sejam estabelecidos compromissos relativamente ao acesso ao emprego das mulheres em sectores em que estas são suscetíveis de estar fortemente representadas (ex. turismo, serviços financeiros offshore) e que seja estudada a possibilidade de incentivos específicos de género para investidores nesses sectores, incluindo o seu condicionamento à formação e contratação de mulheres. E ainda, medidas para proteção dos direitos autorais (obrigações TRIPS - *trade-related aspects of intellectual property rights*) para as áreas de conhecimento e artesanato que incorpora elementos da cultura local (ex. plantas medicinais e derivados, trabalho com panos, etc.).

Em termos dos **acordos comerciais com a União Europeia**, Cabo Verde beneficia do sistema de preferências generalizadas da UE (SPG+): consiste numa isenção total das taxas de exportações de produtos (*everything but arms*) para a União Europeia. O acordo prevê, concomitantemente, instrumentos de seguimento da implementação das convenções internacionais de direitos humanos ratificadas por Cabo Verde, incluindo a CEDAW. Do ponto de vista do estímulo ao crescimento económico, seria pertinente analisar que tipo de iniciativas estão a beneficiar do SPG+, e se têm um impacto equitativos sobre as mulheres e homens (geração de emprego decente nas empresas contempladas, etc.). Uma maior divulgação das isenções, bem como medidas para estimular produção no contexto do GSP+ poderiam ser pertinentes, integrando uma abordagem de género nas áreas contempladas.

3.1.2. Análise do contexto no sector e recomendações

Oportunidades

- ▶ Disponibilidade de informações atualizadas sobre a pobreza e mundo rural (IDRF, Censo Agrícola), que podem informar análises aprofundadas do ponto de vista do género.
- ▶ Perspetivas de consolidação do Observatório do Emprego

³⁷ UNCTAD (2010) Assessment of the impact of trade policy reform in countries acceding to the world trade organization: the gender dimension

- ▶ Existência de um ***Plano de apoio à integração transversal da abordagem de género no sector do turismo (2016-2018)***
- ▶ Priorização de sectores conexos ao turismo, entre os quais a agricultura, sua modernização e a organização da cadeia de valor.
- ▶ ***Estratégia nacional de transição da economia informal à formal*** em curso de elaboração
- ▶ Montagem do Sistema de Cuidados enquanto fator promotor da entrada das mulheres para o mercado de trabalho.
- ▶ Compromisso com a universalização do acesso ao sistema educativo do pré-escolar ao 12º ano, estando já em curso a generalização do ensino pré-escolar (últimos anos) e do ensino obrigatório até ao 8º ano, ao mesmo tempo que se prevê a transversalização dos direitos humanos, igualdade de género e cidadania nos currícula, integrando essas temáticas nas diferentes disciplinas, mediante definição de objetivos concretos.
- ▶ Implementação da Agência Reguladora do Ensino Superior, cuja Comissão Instaladora já se encontra operacional.
- ▶ Perspetiva da integração do Instituto Universitário de Educação (IUE), responsável pela formação de professores para o ensino básico, na Universidade de Cabo Verde
- ▶ Na formação profissional, abordagem de reforço da vertente de inserção no mercado de trabalho: com maior enfoque na demanda do mercado, serviços de apoio à inserção, empreendedorismo e financiamento.
- ▶ Melhor articulação entre o ensino obrigatório e ensino profissional, e universalização na educação de adultos da escolaridade obrigatória de 8 anos (até os 35 anos).

Iniciativas em curso e parceiros/as

- ⇒ No âmbito do **acordo de Apoio orçamental**, está previsto o reforço institucional às seguintes instituições:
 - ADEI e Câmaras de Comércio, para o Programa de Desenvolvimento Empresarial, que poderá ser muito relevante do ponto de vista do empresariado feminino.
 - Ministério da Educação, para o Sistema Nacional de garantia de qualidade do ensino superior.
- ⇒ O **projeto regional Pro-PALOP-TL MIP**, coordenado a partir da sua unidade de projecto sediada em Moçambique, tem uma componente de geração de emprego, assente nas economias criativas. As áreas de atuação estão em curso de definição com os países, em Cabo Verde em particular com o Ministério da Cultura. Os investimentos que se prevêem podem incluir vertentes como as do aumento da produção, qualidade e conquista de novos mercados; divulgação e comercialização dos bens, produtos e serviços; desenvolvimento das competências das empreendedoras e empreendedores criativos, reforço nas áreas técnicas em que laboram.
- ⇒ No âmbito da **Cooperação UE e países da Macaronésia** (Cabo Verde, Canárias, Açores, Madeira) foi aprovado um pacote de projetos. Cabo Verde encontra-se envolvido em várias iniciativas de troca de experiências, assistência técnica, cooperação empresarial. Os domínios incluem, entre outros, a agricultura (hidroponia), turismo sustentável,

modelos de ecoturismo, desenvolvimento empresarial (PME), Parcerias Público-Privadas.

- ⇒ Estão em curso dois projetos financiados pelo Luxemburgo: **Emprego e Empregabilidade (CVE-081)** e o **Programa de apoio ao emprego, empregabilidade e inserção**, sendo a LuxDev a agência de execução do primeiro, e a Organização Internacional do Trabalho e PNUD do segundo. Deverão contribuir para uma formação profissional e serviços de apoio à inserção no mercado de trabalho sensível ao género, incluindo a envolvente do sector privado, a integração do género no sistema de qualificações, instituições de formação profissional, curriculum e formação de formadores, e no seguimento do emprego e empregabilidade.
- O **Projeto de Apoio ao Desenvolvimento das Finanças Inclusivas** (PADIF), financiado pelo Luxemburgo e tendo a ONG *Appui au Développement Autonome* como agência de execução, visa a consolidação do sector das micro-finanças em Cabo Verde. Deverá contribuir para uma maior adequação dos produtos oferecidos aos seus diferentes grupos-alvo, todos predominantemente femininos, promoção de um maior acesso no meio rural e zonas encravadas e a produção de dados desagregados no sector.
- ⇒ O projeto **ACTION – Reforço dos Sistemas de Proteção Social nos PALOP**, financiado por Portugal e executado pela Organização Internacional do Trabalho, vem efetuando a análise das desigualdades de género no acesso à proteção social e elaborando recomendações.
- ⇒ Portugal irá continuar a apoiar Cabo Verde na implementação do subsídio de desemprego e seu seguimento, bem como de políticas ativas de emprego, iniciativas em que será integrada uma abordagem de género. Modalidades em curso de definição.
- ⇒ Espanha irá apoiar questões de desenvolvimento económico e criação de emprego, as iniciativas concretas deverão ser confirmadas após a finalização das negociações.
- ⇒ No domínio da educação, existe uma intervenção de Educação para a Saúde (EPS) nas escolas, numa perspetiva integrada que inclui o acesso água e casas-de-banho em contexto escolar, no âmbito do **Projeto CVE-082 Água e Saneamento** financiado pelo Luxemburgo e executado pela LuxDev.
- ⇒ Portugal irá trabalhar tanto em apoio ao sistema educativo, como do ensino superior. As áreas a contemplar estão em curso de definição, a atualizar após finalização do Plano Indicativo de Cooperação.
- ⇒ Várias agências das Nações Unidas têm mandatos ligados a questões de crescimento, emprego, empregabilidade, empreendedorismo, tais como a **Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Organização Internacional do Trabalho, PNUD**, entre outras. O sector da Educação tem contado com o apoio do **Fundo das Nações Unidas para a Infância**.
- ⇒ A **ONU Mulheres**:
 - Irá continuar a apoiar tecnicamente o ICIEG e a Direção-Geral do Turismo para a implementação do Plano que desenvolveram em conjunto para o sector do Turismo.
 - Está a colaborar com a **Organização Internacional do Trabalho**, no contexto do Programa de Apoio à Estratégia Nacional de Criação de Emprego em Cabo Verde (2014-2016) (PAENCE/CV, financiado pelo Luxemburgo) para que o diagnóstico

ao sector informal aprofunde a análise de género, o que permitirá informar a estratégia para o sector informal em curso de desenvolvimento.

- Irá apoiar a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e parceiros/as nacionais na análise de género dos resultados do censo agrícola (que foi realizado com apoio do BAD).
 - Apoiar a sociedade civil e advogados/as de género, no reforço das suas capacidades de advocacia em matéria de direitos sociais e económicos das mulheres, com enfoque na implementação das normas de trabalho nacionais e internacionais. Realizou, em finais de 2016, um atelier a respeito, do qual saiu um plano de ação a ser brevemente divulgado.
 - Está também a apoiar tecnicamente o Ministério da Família e Inclusão Social na montagem do Sistema de Cuidados, em parceria com **Fundo de População das Nações Unidas** e **Fundo das Nações Unidas para a Infância**.
- ⇒ A **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura** está a finalizar uma análise de género do sector da agricultura e da implementação do Programa Nacional de Investimento Agrário, que irá alimentar o processo de planificação do novo Programa Nacional, com recomendações para que possa integrar de raiz uma abordagem de género.

Recomendações

- ▶ Apoiar a integração do género nas instituições da formação profissional, reforçando as capacidades institucionais para uma planificação e prestação de serviços sensíveis ao género (ex. serviços de orientação e integração profissional sensíveis ao género, introdução do género nos currículos e instituições de formação, definição de indicadores e instrumentos de seguimento dos impactos de género e dos investimentos no sector da formação profissional).
- ▶ Apoiar iniciativas de advocacia e IEC dirigidas ao sector privado em particular, mas também às instituições e população, para a redução da segregação de género no mundo laboral e promoção do acesso das mulheres ao emprego.
- ▶ Apoiar o acesso das mulheres a formações profissionais não tradicionais (do ponto de vista dos estereótipos de género) e de ponta, suscetíveis de promover a sua empregabilidade.
- ▶ Apoiar as instituições de promoção do sector privado, bem como iniciativas de reforço do empreendedorismo feminino e acesso a financiamento, considerando a diversidade de públicos-alvo e necessidades de diferenciar as abordagens para diferentes grupos de mulheres, desde o sector informal e empreendedorismo de necessidade, às pequenas e médias empresas.
- ▶ Apoiar a integração da igualdade de género em todos os níveis educativos, nomeadamente a sua integração nos currículos do pré-escolar, básico e secundário, revisão das orientações curriculares, revisão dos programas, manuais e materiais, formações de professores; para o ensino superior, apoiar a integração da igualdade de

género na montagem do Sistema Nacional de garantia de qualidade do ensino superior (ex. critérios de qualidade, indicadores de seguimento, etc.).

- ▶ Apoiar o sector do turismo e sectores conexos (agronegócios, indústrias criativas, etc.) na adoção de uma abordagem de género abrangente, que contribua para uma melhor participação das mulheres nos diferentes elos da cadeia de valor.
- ▶ Apoiar medidas promotoras do emprego decente, incluindo o reforço das capacidades para políticas ativas de emprego que tenham em conta o género.

3.2. Boa governação e finanças públicas

3.2.1. Análise da situação de género

Questões de género associadas ao sistema de finanças públicas, planificação, estatísticas, participação e prestação de contas, mobilização de recursos

Tendo em conta a sua conjuntura, Cabo Verde atravessa um momento de racionalização das despesas públicas e do programa de investimentos, ao mesmo tempo que investe numa melhor mobilização de receitas internas.³⁸ Estes esforços têm de ser contrabalançados com a necessidade de crescimento e implicam uma permanente avaliação da mais-valia de cada investimento, nomeadamente em termos dos seus impactos previstos sobre a população, mulheres e homens, do meio rural e urbano, grupos específicos, etc.

Conforme o descrito no acordo de Apoio Orçamental da UE a Cabo Verde, estão em curso reformas para a melhoria da racionalização e transparência do sistema de gestão das finanças públicas, com prioridade para o (i) sistema nacional de planificação, seguimento e avaliação das despesas públicas, (ii) tesouro do Estado e gestão das receitas, e (iii) sistema de aquisições públicas. Trata-se de melhorar (a) a credibilidade, exaustividade e transparência do orçamento, (b) a eficácia do sistema de contabilidade, registo e "reporting", (c) a eficácia da arrecadação de impostos, e (d) o controlo interno, externo e do processo.

Estas prioridades e resultados são de grande relevância para a igualdade de género (IG), a começar pelo **orçamento**: é fundamental que o Orçamento de Estado (OE) seja verdadeiramente inclusivo das necessidades de mulheres e homens e contribua para a realização dos engagements nacionais com a igualdade de género e empoderamento das mulheres. A orçamentação sensível ao género (OSG) é um dos instrumentos utilizados pelos governos para transversalizar a abordagem de género e permite dar visibilidade aos investimentos feitos nas prioridades de género do país, focando a eficácia com que os recursos públicos estão sendo destinados e utilizados: ou seja, fazendo investimentos não só de acordo com as necessidades identificadas da população em geral, mas considerando também as diferentes situações de partida, para garantir uma efetiva igualdade de resultados (igualdade *de jure* e *de facto*). Assim sendo, a OSG contribui para o uso mais eficiente dos recursos públicos, ao melhorar a sua gestão, sendo ainda um instrumento de transparência e prestação de contas.

Para além de ser, pelos motivos acima referidos, um instrumento alinhado às prioridades nacionais de uso eficiente e eficaz dos recursos, é de particular relevo para a UE cuja cooperação se processa maioritariamente pela via do Apoio orçamental. De referir ainda que, a lógica de seguimento dos investimentos na igualdade de género é cada vez mais promovida pela cooperação em geral, no sentido de seguir os progressos na integração da igualdade de género na cooperação. A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável

³⁸ Document relatif à l'action pour le contrat de bonne gouvernance et de développement au Cap-Vert (11e FED)

veio reforçar ainda o compromisso com o aumento significativo nos investimentos para resolver gaps de género.³⁹

Cabo Verde tem feito avanços a este respeito, com o apoio de vários/as parceiros/as, incluindo da União Europeia.⁴⁰ O modelo de Orçamento-Programa facilita a introdução da OSG, embora seja necessário aprofundar as capacidades de planificação dos sectores na sua utilização, incluindo na colocação de indicadores que tornem explícitos os seus compromissos com iniciativas promotoras de igualdade de género. A análise do OE 2015 efetuada pela Rede de Mulheres Parlamentar (RMP-CV) classificou os programas orçamentais em 3 níveis: (i) programas orientados à promoção da igualdade de género, (ii) programas que incluem intervenções explicitamente orientadas à igualdade de género, e (iii) programas que potencialmente poderiam incluir intervenções orientadas à igualdade de género (em concreto, intervenções-chave para a implementação do PNIG ou do PNVBG).⁴¹ A análise ressalta que apenas 2 dos 133 programas do Orçamento de Estado (OE) são explicitamente orientados à promoção da IG, ambos relativos ao ICIEG (funcionamento desta instituição & implementação do PNIG e do PNVBG, que contém as medidas para implementação da Lei de combate à VBG). O gap financeiro destes 2 programas ascende a 45.245.507 ECV. Dos 122 programas que, no âmbito do DECRP III, têm quadro lógico (permitindo uma análise da descrição, objectivos e indicadores dos programas), 7 contêm indicadores de género (indicando a presença de medidas específicas) (6% do número total de programas e 4,7% do orçamento do OE), sendo que 2 deles são os já mencionados, relativos ao ICIEG. Foram ainda identificados 42 dos 133 programas orçamentários que, pela área a que se dedicam deveriam contribuir para a implementação do PNIG e/ou PNVBG, de acordo com as prioridades e medidas identificadas nestes instrumentos nacionais de planificação. Nomeadamente, programas da Juventude e Recursos Humanos, Educação, Finanças, Saúde, Ambiente e Ordenamento do Território, Turismo e Economia, Justiça, Agricultura, Comunicação Social, Ensino Superior, Administração Interna, Chefia do Governo e Assembleia Nacional. Resultados que dão uma dimensão, a partir de uma análise orçamental, do quanto a integração da igualdade de género na planificação e orçamentação ainda é frágil e precisa evoluir.

O reforço das capacidades dos sectores para a OSG e a utilização dos respetivos instrumentos será substancialmente facilitada se estes contarem com capacidades para a **planificação** sensível ao género, baseada em análises da situação que identificam gaps de género e estratégias para a sua resolução. Contudo, o PNIG refere que as *“instituições públicas têm uma ténue cultura de integração sistemática da abordagem de género nos seus sectores”* e não recorrem a análises de género na planificação sectorial, tanto estratégica como operacional, *“ou na implementação dos seus programas e serviços”* e seu seguimento (p.64). Os recursos humanos com competências de género a nível dos sectores são limitados

³⁹ UN (2015) A/RES/70/1 - Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development, paragraph 20

⁴⁰ Atividades da RMP-CV apoiadas pelo projeto Pro PALOP /Timor Leste – Instituições Superiores de Controle (implementado pelo PNUD com financiamento da EU), em parceria com a ONU Mulheres e parceiros nacionais

⁴¹ Rede de Mulheres Parlamentares – RMP-CV (2014) *Análise do Orçamento do Estado 2015 desde a abordagem de género*

e as formações e instrumentos de apoio à integração das questões de género na planificação/ programas/ projetos estão longe de estar generalizados.⁴²

A nível **descentralizado**, apesar das Câmaras Municipais serem parceiras nas iniciativas locais e atores conhecedores das realidades locais, carecem de reforço das suas capacidades em matéria de planificação e orçamentação sensível ao género.

Um aspeto determinante para a planificação são as **estatísticas**, nomeadamente a disponibilidade de dados desagregados e indicadores específicos de género, já que permitem dar visibilidade às desigualdades de género, subsidiar processos de planificação, e medir os progressos ao longo do tempo. Apesar dos tremendos avanços a este respeito, subsistem lacunas, em particular nas estatísticas económicas (ex. acesso ao crédito, desigualdade salarial, propriedade da terra, entre outros), no tratamento e análise de género das grandes operações estatísticas (ex. IDSR III, IDRF, Censo agrícola, etc.), na caracterização de mulheres em situação de particular desvantagem (ex. pobreza, rural, deficiência, etc.) e a nível dos sistemas de informação sectoriais.⁴³ Numa colaboração entre ICIEG e INE foi desenhado um Observatório de Género em 2012, tendo sido recentemente revisto e relançado (Dezembro de 2016). O Observatório define um conjunto abrangente de indicadores em 4 dimensões críticas da igualdade de género (autonomia física, autonomia económica, autonomia da tomada de decisão e participação, dimensões demográficas). Os indicadores selecionados estão alinhados à política nacional de género, mas também aos padrões internacionais em vigor no domínio da igualdade de género. Encontra-se albergado no site do INE, que se responsabiliza pela atualização permanente dos dados que já existem, bem como pela produção progressiva dos indicadores que ainda não foram produzidos a nível nacional. O ICIEG e parceiros/as responsabilizam-se pela análise das informações e produção de relatórios, bem como pela promoção de estudos específicos. O relançamento do Observatório foi feito no contexto da implementação do PNIG (2016-2018), que prevê o seu fortalecimento, já que, até à data, a atualização e divulgação dos dados havia representado um desafio, bem como a vertente de relatórios e análises. O PNIG prevê a continuação do seu reforço para que o Observatório possa cumprir o seu objetivo:

O Observatório de Género de Cabo Verde é uma plataforma virtual que pretende dar acesso a todos e todas a dados, informações e artigos ligados à promoção da igualdade de género em Cabo Verde, numa ótica de promover a importância da transversalização da abordagem de género nas estatísticas, assim como na produção de conhecimento relacionados com a igualdade de género, permitindo desta forma dar visibilidade às desigualdades de género existentes e consequentemente contribuído para a introdução da problemática na agenda pública. A visibilidade adquirida auxilia no desenho, implementação, seguimento e avaliação de propostas orientadas para a igualdade social e melhoria na distribuição de recursos existentes.

<http://ine.cv/ObservatorioGenero/>

Como parte da boa governação, importa o fortalecimento dos sistemas de prestação de contas, interno e externo, incluindo a **participação** da sociedade civil na discussão,

⁴² ICIEG (2014) Plano Nacional para a Igualdade de Género – PNIG (2015-2018)

⁴³ ICIEG (2014) Terceira Parte: Dados e Estatísticas, pp 45-48, Relatório Nacional Beijing+20 (de implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing)

seguimento e avaliação das políticas públicas e OE. Esta participação no diálogo político, políticas sectoriais, e supervisão da política do governo é bastante recente e limita-se a um número restrito de ONG. Com efeito, tradicionalmente as intervenções das ONG e associações têm sido focalizadas na prestação de serviços básicos e sociais de acordo com a sua área de intervenção (ex. educação, saúde, actividades geradoras de rendimento, intervenções das associações de base comunitária no meio rural/sector agrícola, etc.): atuação que continua pertinente, tendo em conta a relevância de ações visando a redução da pobreza e acesso a serviços básicos para grande parte da população, não descurando a necessidade de reforço das capacidades da SC para a participação no diálogo político e governação, tanto a nível local como nacional.⁴⁴

Em termos de género, as capacidades de advocacia das organizações da sociedade civil engajadas com a promoção da igualdade de género são de registar, no entanto a maior parte das organizações que trabalham outras temáticas, a nível nacional e/ou local, tem dificuldades na integração de uma abordagem de género no ciclo do projeto. Em termos de diálogo político e governação em matéria de igualdade de género, são de mencionar as Agendas de Género desenvolvidas a nível local,⁴⁵ que são um instrumento para a tomada de consciência dos partidos políticos e instituições em relação aos problemas que afetam mulheres/meninas e a igualdade de género.⁴⁶ Uma vez desenvolvidas, com base num processo participativo e de reforço das capacidades das intervenientes, as Agendas constituem-se como uma base suprapartidária para advocacia sobre questões de género junto das autoridades locais e nacionais. A consolidação e alargamento destes ganhos são fundamentais para que uma maior participação e controlo público possam incluir as questões que afetam mais de metade da população.

Por outro lado, os progressos na representação das mulheres em cargos de decisão são globalmente modestos: só chegam a 30% a nível da administração pública, enquanto a nível de participação política, em posições eletivas (versus nomeação), os avanços são bastante limitados.⁴⁷ Vejam-se os resultados das eleições de 2016: nas Legislativas foram eleitas 17 mulheres, mais duas do que nas eleições de 2011, passando a taxa de mulheres eleitas ao Parlamento de 21% para 24%. Já nas Autárquicas, passou-se de 22% em 2012, para 26% em 2016 (tanto a nível da Assembleia Municipal, como da Câmara), embora não tendo sido eleita nenhuma mulher Presidente de Câmara, num total de 22 municípios. O relatório do ODM3 identificou de forma participativa os principais constrangimentos que impedem que as mulheres participem na definição e decisão sobre políticas públicas, entre os quais:

⁴⁴ DUE em Cabo Verde (2014) Roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil 2014-2017

⁴⁵ Existem 2 Agendas de Género (São Miguel e Praia), tendo sido entretanto adotada uma abordagem por ilha para Santiago, com a criação de uma coligação de mulheres de Santiago. Está prevista a elaboração de Agendas para São Vicente e Santo Antão (ações que não avançaram por falta de financiamento)

⁴⁶ ICIEG (2014) PNIG (2015-2018), pp 51-52. *“A elaboração de uma Agenda de Género começa com a (i) criação de uma coligação de mulheres eleitas e candidatas às últimas eleições autárquicas de 2012, ou seja um grupo de mulheres engajadas com a ação político-partidária, numa lógica suprapartidária; (ii) o reforço das suas capacidades (formação em género, desenvolvimento local, intervenção comunitária); (iii) a realização de consultas a nível local, com base numa metodologia de diagnóstico participativo (recolha com grupos de mulheres e lideranças das comunidades); (iv) a sistematização das informações e elaboração do relatório final – a Agenda de Género.”*

⁴⁷ ICIEG (2014), PNIG (2015-2018), pp 40: 20% de mulheres no Supremo Tribunal de Justiça, entre 35% e 37% magistradas (de 2009 a 2013), 35% dos cargos de liderança na Administração Pública; 51% das jornalistas e editoras dos principais órgãos de comunicação, 36% cargos de chefia.

- ▶ Marco legal insuficiente quanto à representação das mulheres na política e em cargos de decisão
 - ex. código eleitoral cujas disposições nunca foram regulamentadas
 - ex. proposta de estatutos dos partidos: defende paridade mas não propõe mecanismo de fiscalização da disposição
- ▶ Cultura e práticas institucionais das estruturas políticas muito pouco sensíveis ao género
- ▶ Barreiras do lado da demanda, tais como por exemplo:
 - Falta de oportunidades de desenvolvimento de capacidades políticas e de liderança
 - Falta de co-responsabilidade entre homens e mulheres nos cuidados da família e da casa
 - Insuficiente compreensão das barreiras de género e instrumentos para promover o aumento da participação política das mulheres, como cotas, lei de paridade, etc.
 - Insuficiente financiamento de iniciativas neste domínio

ICIEG (2014) Relatório ODM3: análise da situação e plano de aceleração

As questões de **mobilização de fundos** afetam também os investimentos do sector público: registam-se mudanças substanciais, com a diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento e do acesso a empréstimos concessionais, em virtude, entre outros, da graduação de Cabo Verde da lista dos Países Menos Avançados o fim do respetivo período de transição. Porém o país mantém a sua natureza de pequeno Estado insular (SIDS), com as vulnerabilidades próprias que caracterizam estes Estados. A procura de parcerias continua a ser um tema de grande importância para Cabo Verde e a mobilização de fundos exige múltiplas competências, entre elas de formulação de propostas e candidaturas. Hoje, praticamente todos os financiadores requerem a integração da igualdade de género pelo que, numa lógica de sucesso na aprovação de projetos submetidos para financiamento, é importante assegurar que formulação de projetos integra uma abordagem de género (análise de género, sua integração no ciclo de projetos, incluindo aspetos orçamentais e de seguimento e avaliação).

3.2.2. Análise do contexto no sector e recomendações

Oportunidades

- ▶ A formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), que sucede o DERCP III, é uma oportunidade: operacionaliza o Programa do Governo e dele decorrerão as políticas e estratégias sectoriais.
- ▶ A implementação da orçamentação por resultados implicará um importante programa de formação e produção de manuais e o sistema de informação e gestão das operações financeiras do Estado (SIGOF) deverá ser alargado no seu âmbito.
- ▶ A implementação em curso do Sistema Nacional de Investimentos, que define procedimentos e critérios para a priorização de projetos de investimento a implementar no âmbito do PEDS.
- ▶ O Programa do Governo preconiza a integração transversal da igualdade de género na planificação e orçamentação.
- ▶ Existe engajamento com a representação política das mulheres e nos cargos de tomada de decisão com a promoção de uma lei de paridade.

- ▶ O compromisso com a voz ativa das mulheres em todos os assuntos de interesse público é também sublinhado.
- ▶ As medidas para uma maior transparência e controlo do orçamento são favoráveis a uma maior participação da sociedade civil.
- ▶ O compromisso com o aprofundamento da descentralização e regionalização, uma oportunidade para o reforço da planificação sensível ao género a nível local.
- ▶ A existência do Observatório de Género, enquanto peça fundamental para a operacionalização de um sistema de seguimento e reportagem dos progressos na igualdade de género a nível nacional.
- ▶ Em termos de liderança e participação política das mulheres, a Rede de Mulheres Parlamentares elaborou, em parceria com o ICIEG, um Plano de Ação de Advocacia da Paridade de Género em Cabo Verde (2017-2019).

Iniciativas em curso e parceiros/as

- ⇒ No âmbito do **acordo de Apoio orçamental**, está previsto o reforço institucional do INE e da Direção Nacional do Plano, em matéria de boa governação e reforço da gestão das finanças públicas.
- ⇒ O **projeto Pro-PALOP-Timor Leste – Instituições Superiores de Controle**, financiado pela UE e que tem o PNUD como agência de execução, vai:
 - Reforçar as capacidades de advocacy em planificação & orçamentação sensível ao género da recém-empossada Rede de Mulheres Parlamentares (no âmbito da IXª Legislatura), com vista em particular à implementação dos instrumentos desenvolvidos no final da anterior legislatura (classificador orçamental de género, implementação das propostas para alteração da Lei quadro do Orçamento-Estado e Lei de execução orçamental, relatório de género da execução orçamental).
 - Vai ainda promover a participação da sociedade civil na discussão, seguimento e fiscalização dos exercícios orçamentais (reforço das capacidades da sociedade civil, simplificação das mensagens, oportunidades de envolvimento).
- ⇒ O **projeto regional Pro-PALOP-TL MIP**, coordenado a partir da sua unidade de projeto sediada em Moçambique, tem uma componente de capacitação para a governação e pretende ter um enfoque particular nas mulheres e nos jovens, no que diz respeito à promoção da liderança e participação política. Encontra-se em curso de formulação, pelo que deverá ser atualizada a informação quanto às iniciativas de género para Cabo Verde.
- ⇒ O **projeto Plataforma para o Desenvolvimento Local**, financiado pela Cooperação do Luxemburgo, sendo o PNUD a agência de execução, visa promover a participação de mulheres e homens a nível local nas decisões que afetam a sua vida, bem como o reforço das capacidades dos atores locais para uma planificação do desenvolvimento local sustentável, numa perspetiva territorial, e a coordenação com o nível central.
- ⇒ O **EIDHR – European Instrument for Democracy and Human Rights**, no âmbito do seu *call for proposal 2015*, aprovou projetos que incluem Cabo Verde. As intervenções visam o reforço das capacidades das organizações da sociedade civil e instituições a implementação e o seguimento da implementação dos instrumentos de Direitos

Humanos contemplados pelos acordos comerciais SPG+ (sistema de preferências generalizado).

- ⇒ O **Roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil (2014 – 2017)** contempla ações de reforço das organizações da sociedade civil e atores locais, do ponto de vista da sua capacidade de formular e aceder a fundos da UE (*call for proposals*) e de se engajar num nível de diálogo sobre políticas públicas e seu seguimento, para além da prestação de serviços aos seus públicos-alvo prioritários.
- ⇒ A DUE lança regularmente *call for proposals* dirigidas à sociedade civil e atores locais, estando neste momento em curso um, vinculado à temática do turismo sustentável.

O **Banco Mundial** e o **Banco Africano de Desenvolvimento** apoiam Cabo Verde no domínio das finanças públicas e produção estatística, nomeadamente em relação à pobreza.

- O BAD deverá elaborar, no início de 2017, um *Country Gender Profile*, em colaboração com a ONU Mulheres, alinhado ao calendário de elaboração de PEDS.
- O Banco Mundial está a apoiar o INE na análise dos resultados do IDRF 2015 e vai apoiar uma iniciativa de análise dos constrangimentos para a redução da pobreza em 2 domínios (hortícolas e pesca/pecuária), com base na metodologia *Household Economy Approach* desenvolvida pelo *Save the Children's Fund*.

A **ONU Mulheres** trabalha com:

- O INE e ICIEG sobre estatísticas de género, incluindo o Observatório de Género, cuja nova plataforma foi lançada em Dezembro de 2016.
- Com a Direção Nacional do Plano e sectores em matéria de planificação e orçamentação sensível ao género, estando prevista uma formação dos DGPOG.
- Com o Ministério da Família e Inclusão Social e ICIEG na formulação de um programa de participação política e na tomada de decisão das mulheres, incluindo uma vertente de advocacia e formulação da Lei de Paridade de género.
- Com a sociedade civil e advogados de género, no reforço das suas capacidades de advocacia em matéria de liderança e participação política: está em curso a formulação de um **Programa de reforço da participação das mulheres nas instâncias de tomada de decisão**, para além do apoio já prestado à Rede de Mulheres Parlamentares e ICIEG na elaboração **Plano de Ação de Advocacia da Paridade de Género em Cabo Verde (2017-2019)**, que visa a elaboração e aprovação de uma Lei de Paridade.

Várias agências das **Nações Unidas** apoiam Cabo Verde em matéria de governação, participação, finanças públicas e produção estatística.

Recomendações

- ▶ Apoiar o desenvolvimento das capacidades do sistema nacional de planificação e dos sectores para a orçamentação sensível ao género (OSG), com vista a que os seus compromissos com iniciativas promotoras de igualdade de género no âmbito do OE sejam explícitas e a sua materialização possa ser seguida.
- ▶ Apoiar o desenvolvimento das capacidades do sistema de planificação e dos sectores com quem a DUE e EM trabalham, em particular nos sectores em que estão em curso

reformas no âmbito do Apoio orçamental, para uma integração transversal da igualdade de género na sua planificação sectorial.

- ▶ Apoiar o desenvolvimento das capacidades dos atores locais, que têm a mais-valia do seu posicionamento no terreno, junto às populações, para uma planificação do desenvolvimento local sensível ao género.
- ▶ Apoiar a disponibilidade de dados estatísticos desagregados por sexo, indicadores específicos de género, análises de género e relatório periódicos de avanço, em particular nas áreas de intervenção da DUE e EM.
- ▶ Apoiar a representação política e liderança das mulheres, apoiando a mobilização de financiamento para programas estruturantes neste domínio, considerando que ações pontuais em torno dos momentos eleitorais não têm resultado nos impactos desejados
- ▶ Apoiar o reforço das capacidades da sociedade civil para uma melhor apropriação e integração das questões de género nas suas iniciativas e participação no seguimento das políticas públicas e orçamentos nacionais.

3.3. Violência com base no género

3.3.1. Análise da situação de género

Cabo Verde conta com uma moldura legal cada vez mais abrangente para a prevenção e combate à VBG, através da Lei 84/VII/11, de 10 de Janeiro, que foi regulamentada pelo Decreto-Lei 8/2015. A entrada em vigor da Lei VBG levou a um aumento significativo de queixas e denúncias, existindo um *“maior grau de informação sobre a VBG, conjugado com a mudança de atitude que já não a considera como socialmente aceitável, bem como pelo facto do procedimento criminal ser público, permitindo a denúncia por qualquer cidadão”*.⁴⁸

Informações e indicadores relativos à VBG

- Prevalência da VBG: mais de 1 em cada 5 mulheres (19%) em Cabo Verde é vítima de violência no marco das relações conjugais (presentes ou passadas) – dados de 2005
- Violência física (16%), psicológica (14%) ou sexual (4%), ou misto de dois ou dos três tipos
- Parte considerável da sociedade aceita o uso da violência física como forma legítima de ação disciplinar por parte do homem: (17% das mulheres e 16% dos homens)
- Com maior incidência entre as mulheres do meio rural (26%)
- Com nível educacional mais baixo (20%)
- Ou economicamente dependentes (20%)

Práticas de controlo (violência psicológica e económica)

- Restrições impostas no relacionamento com pessoas, mediante cenas de ciúmes (44%) acusações de infidelidade (17%), limitação de frequentar ou reunir-se com amigas (8%)
- Controlo da mobilidade das mulheres: permanente insistência saber onde estão (43%)
- Limitações na gestão dos recursos financeiros: falta de confiança sobre dinheiro (39%)
- Limitações nas decisões sobre a sua saúde, compras para casa, visita a familiares, alimentos a cozinhar (24%)
- E utilização de dinheiro resultante do seu salário (20% das casadas/em união de facto)

- A VBG tem repercussões tanto sobre as mulheres que a sofrem, como vítimas indiretas que assistem (filhos e filhas que frequentemente também são vítimas diretas).
- Entre 2010 e 2013 registam-se, respetivamente, 120, 110, 133 e 108 casos de violência sexual
- O assédio sexual não é monitorizado e tratado consistentemente no trabalho, escolas, etc.
- Casos que deram entrada nos tribunais de 2010 a 2014 totalizam respetivamente 2607, 3097, 3491 e 3228
- No ano judicial 2013-2014, os processos de VBG representam 7,7% do total de processos-crime que deram entrada na Procuradoria e 10,1% dos processos resolvidos
- Ainda assim, um número/proporção substancial de processos transita para o ano seguinte
- Perceção de insegurança: as mulheres sentem-se mais inseguras do que os homens
- Em particular, ao caminhar sozinhas à noite (cerca de 57% das mulheres versus 43% dos homens)
- Em casa à noite (cerca de 44% versus 22%)
- Ou nos transportes públicos (38% versus 25%)

Análise da situação do PNIG (2015-2018)
Mulheres e Homens em Cabo Verde: fatos e números (2015)

⁴⁸ ICIEG (2014), Plano Nacional de combate à VBG, p.21

Apesar dos casos de VBG serem priorizados em relação a outros tipos de crime, verifica-se que transita anualmente um número considerável de processos: com referência ao ano judicial 2013-2014, verifica-se que 5.322 processos por VBG transitaram do ano anterior, tendo entrado 3.328 novos processos e sendo resolvidos 1.631, o que significa que ficaram pendentes e transitam para o ano seguinte um total de 7.019 processos.⁴⁹ Há, assim, um trabalho considerável a fazer para garantir os meios de resposta necessários a nível judicial.

Em termos de **serviços de apoio às vítimas**, existe uma Rede interinstitucional (Rede Sol), criada em 2004, que funciona de forma informal, constituída por organizações da sociedade civil (OSC) e instituições públicas (polícia, saúde, Câmaras Municipais, Centros de Juventude, Casas do Direito, etc.), que trabalham de forma integrada na prestação de assistência jurídica e psicológica, apoio policial e social às vítimas de VBG. A Rede Sol, entre 2008 e 2013, prestou apoio a um total de 16.395 vítimas de VBG. Cerca de 50% receberam apoio psicológico e social, quase 60% apoio jurídico e 100%, apoio policial. Contudo, o fato das organizações da sociedade civil dependerem de financiamento para poderem prestar estes serviços implica uma grande fragilidade. A rede atendimento policial tem vindo a especializar-se e existem Gabinetes de Atendimento às Vítimas em 12 esquadras do país. Também vêm sendo feitos esforços para a montagem dos centros de apoio previstos pela regulamentação da Lei VBG, no sentido de institucionalizar o apoio às vítimas de VBG e criar condições para a sua sustentabilidade. Os centros de apoio devem prestar um apoio multissetorial às vítimas, social, psicológico e legal, bem como coordenar a resposta multidisciplinar com outras instituições (saúde, polícia, justiça), e com as organizações da sociedade civil (incluindo em matéria de IEC). Têm ainda, por mandato, que preparar um plano individual com cada vítima, incluindo medidas para a sua plena reabilitação social. No caso de vítimas que passaram por um abrigo temporário, os centros asseguram o seu seguimento pelo período em que se reorganizam e reconstróem a sua vida. O funcionamento dos centros de apoio foi iniciado junto das Casa do Direito, que contudo frequentemente não detêm a necessária componente sociopsicológica. No contexto da descentralização em curso dos serviços sociais para os municípios, prevê-se que os Centros funcionem junto dos serviços sociais, sob alçada das Câmaras. De forma geral o modelo das Casas do Direito está a ser reapreciado, tendo em conta os seus elevados custos fixos de funcionamento. A questão dos abrigos, conforme previstos pela regulamentação da Lei VBG, é outro aspeto fundamental, contudo ainda não cabalmente resolvido. O apoio, presentemente, é sobretudo prestado mediante apoio à hospedagem temporária. Assim, verifica-se que muitas das medidas previstas pela Lei VBG, numa lógica de responsabilidade do Estado e de sustentabilidade dos serviços, têm-se concretizado de forma lenta. Em termos de planificação, o PNVBG prevê as ações necessárias, contudo o gap financeiro para a sua implementação é elevado.⁵⁰

Existe um Programa de Reabilitação de Homens Autores de VBG, sob a alçada da Direção Geral de Serviços Prisionais e de Reinserção Social. Foi desenvolvido e pilotado em

⁴⁹ INE (2015) Mulheres e Homens em Cabo Verde: fatos e números

⁵⁰ O gap nos investimentos previstos para 2015 são da ordem dos 77%, de acordo com a análise do OE 2015 efetuada pela Rede de Mulheres Parlamentar (RMP-CV)

2012/2013, e alargado pelo Ministério da Justiça, abrangendo já cerca de 50% das Comarcas do país. O PNVBG prevê o seu alargamento a todas as Comarcas.

Em termos de **mobilização social e promoção da mudança de comportamentos**, várias iniciativas têm sido implementadas a nível nacional, incluindo para a mobilização de homens no combate à VBG. Existem vários manuais metodológicos de qualidade e bolsas de facilitadores formados, que abrangem quer elementos da sociedade civil, quer de instituições públicas (ex. Polícia Nacional, Educação). Contudo a mudanças de atitudes e práticas é um esforço a prazo, e que carece da consolidação das iniciativas de Educação para a Igualdade, bem como do redobrar dos esforços a nível comunitário, especialmente no que diz respeito à prevenção, identificação e resposta à violência sexual.

Determinadas temáticas, algumas emergentes, devem merecer uma atenção especial e tratamento específico:⁵¹

- ▶ O assédio sexual, que continua essencialmente invisível
- ▶ A violência sexual contra mulheres e meninas⁵²
- ▶ A mutilação genital feminina, que embora não sendo prática em Cabo Verde, poderá acontecer no seio de grupos específicos
- ▶ O tráfico de mulheres, não existindo dados quanto à extensão do fenómeno
- ▶ A exploração da prostituição
- ▶ A homofobia e transfobia

3.3.2. Análise do contexto no sector e recomendações

Oportunidades

- ▶ A municipalização dos serviços sociais e colocação de quadros nas equipas das Câmaras Municipais, que pode levar à institucionalização do atendimento às vítimas de VBG a nível local (versus Casa do Direito) e contribuir para a integração das várias respostas a mobilizar, incluindo a da saúde, e a promoção de uma dinâmica proativa de reabilitação, baseada na valorização e restabelecimento da autoestima.
- ▶ A operacionalização do Fundo de Apoio às Vítimas de VBG⁵³ a nível do ICIEG, racionalizando custos e promovendo a celeridade da resposta.
- ▶ A integração transversal no currículo das questões de direitos humanos e a promoção de uma cultura de igualdade e não-violência no contexto escolar.
- ▶ Reforço dos sistemas informatizados de apoio à justiça.
- ▶ Perspetivas de realização em 2017 do IDRS III, que em 2005 integrou pela primeira vez um módulo sobre a VBG.

⁵¹ ICIEG (2015) Informe final de evaluación: proyecto “implementación de la ley especial contra la violencia de género”

⁵² ICIEG (2014) Beijing +20, p.43 “Os dados da Polícia Judiciária, para a capital do país (Praia), mostram que, em 2013, 97% dos casos de crimes sexuais foram perpetrados contra meninas/ mulheres, dos quais 77% contra crianças ou adolescentes”

⁵³ A fonte prevista para a alimentação do Fundo são verbas das receitas geradas pela administração de bens móveis apreendidos ou declarados perdidos a favor do Estado

- ▶ A avaliação da implementação da Lei VBG, ao fim de 5 anos da sua implementação (a finalizar até março de 2017), que trará informações quanto aos sucessos e desafios e recomendações quanto às medidas a implementar.

Iniciativas em curso e parceiros/as

- ⇒ No âmbito do acordo de Apoio Orçamental, está previsto o reforço institucional dos Ministérios encarregues da segurança nacional e fronteira do país (Administração Interna, Defesa, Justiça), nomeadamente para a implementação do Plano de Ação plurianual em matéria de segurança e estabilidade
- ⇒ Portugal irá continuar a trabalhar com Cabo Verde no domínio da segurança, em apoio aos Ministérios da Administração Interna, Defesa e Justiça. As áreas concretas a contemplar estão em curso de definição e poderão ser atualizadas finda as negociações.
- ⇒ Espanha também se encontra em fase de negociação da sua cooperação com Cabo Verde: tradicionalmente as áreas ligadas ao combate à VBG têm feito parte substancial e substantiva do seu portefólio.
- ⇒ Várias Agências das Nações Unidas desenvolvem extensa programação em matéria de VBG com vários/as parceiros/as, em particular a ONU Mulheres e, no caso da violência contra as meninas o Fundo das Nações Unidas para a Infância. Está em curso o desenvolvimento de um programa conjunto PNUD, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, e ONU Mulheres sobre Segurança Humana.

Recomendações

Apesar de existir no país uma série de boas práticas em curso,⁵⁴ a implementação da Lei VBG coloca ainda desafios, na medida em que implica mudanças profundas nas práticas em vários sectores: como a administração interna, justiça, saúde, ação social e educação, numa lógica sectorial e multissectorial. As necessidades de reforço das capacidades são ainda importantes, via formação, procedimentos, produção de informações, entre outros.

As recomendações que se seguem são indicativas. Têm em conta que, presentemente, os sectores mais visados pela cooperação da DUE e EM são os da Administração Interna e Justiça (considerando que a educação já foi referida no ponto sobre economia).⁵⁵ À medida que haja evolução na definição da cooperação de Espanha e Portugal, ou novos programas (por exemplo centrados na ação da sociedade civil e na capacitação das comunidades), novas áreas poderão ser cobertas, com base nas prioridades identificadas em concertação com as/os parceiros nacionais (por exemplo com base no PNVBG).

⁵⁴ Por exemplo: versão anotada da Lei VBG, para garantir a sua interpretação homogénea; o desenho e implementação de um Programa Nacional de Reabilitação de Autores de VBG; a Rede interinstitucional de apoio a vítimas de VBG (Rede SOL); a Campanha do Laço Branco (homens contra a VBG e pela igualdade de género); integração de um módulo sobre VBG na formação inicial da Polícia Nacional; Manuais de Procedimentos sobre VBG da Polícia e da Saúde, entre outras iniciativas

⁵⁵ O sector da educação é igualmente fundamental para a VBG, mas já foi referido anteriormente (educação para a igualdade) sendo possível que Portugal venha a apoiar o sector a respeito

- ▶ Apoiar a definição e implementação de medidas para a melhoria e celeridade dos serviços dos tribunais e procuradorias perante casos de VBG, tendo em conta a sua priorização por lei
- ▶ Apoiar a criação de uma base de dados uniformizada para a polícia nacional, ministério público e tribunal para recolha e disponibilização de informações sobre VBG, incluindo entre estas instituições numa perspetiva de gestão
- ▶ Apoiar a implementação de formação contínua para magistrados/as, procuradores/as, juízes/as, polícia nacional e advogados/as sobre género, VBG e Lei VBG
- ▶ Apoiar a operacionalização dos serviços de apoio às vítimas de VBG, na perspetiva da municipalização dos serviços sociais e numa lógica multisectorial
- ▶ Apoiar o reforço e generalização a todos os concelhos do Programa de Reinserção de Arguidos de VBG da Direção Geral de Reinserção e Serviços Penitenciários
- ▶ Apoiar campanhas que combatem estereótipos de género e promovem uma mudança de atitudes e práticas a nível comunitário, com enfoque na mobilização dos homens contra a violência contra as mulheres.

3.4. Saúde e saúde sexual e reprodutiva

3.4.1. Análise da situação de género

Cabo Verde apresenta progressos notáveis nos principais indicadores da saúde, tais como a esperança de vida,⁵⁶ mortalidade materna⁵⁷ e mortalidade infantil. A taxa de fecundidade baixou, tendência que também se aplica à taxa específica de fecundidade entre as adolescentes (15-19).⁵⁸ É igualmente positiva a evolução nos partos assistidos por profissionais de saúde qualificados e consultas pré-natais, incluindo uma evolução marcada no acesso aos serviços em meio rural.⁵⁹

O país encontra-se numa fase de transição epidemiológica, em que coexistem as doenças infecciosas, agudas e transmissíveis com as doenças crónicas. As doenças não transmissíveis, associadas aos estilos de vida, são profundamente marcadas por questões sociais e de género. A sua abordagem exige ao sistema de saúde, tradicionalmente orientado à saúde materno-infantil e aos cuidados médicos e hospitalares, toda uma adaptação, incluindo a extensão e fortalecimento da atenção básica ao longo de todas as etapas da vida, bem como um substancial reforço da vertente de promoção de saúde, visando a adoção de práticas cotidianas que preservem a saúde.⁶⁰ Temas novos de preocupação, para além das doenças relacionadas com o stress, são:

- ▶ A violência, incluindo o seu impacto na mortalidade dos jovens, em particular do sexo masculino
- ▶ O abuso de substâncias e questões de saúde mental

A população, maioritariamente jovem (55% em idade dita reprodutiva - 15-49 anos), faz com que continuem prioritárias as questões de saúde sexual e reprodutiva. Dentro desta, e de grande relevância para os direitos das mulheres, vem sendo consistentemente identificada a necessidade de melhorar a abordagem e os serviços de interrupção voluntária da gravidez, no sentido de evitar as consequências da sua prática em condições inseguras.

A recente análise da prestação de cuidados nos Centros de Saúde (2015)⁶¹ mostra que as ofertas de saúde específicas para os homens são ainda a exceção, ao mesmo tempo que permanece a necessidade de identificar demandas femininas para além das reprodutivas. No que diz respeito aos serviços para adolescentes e jovens, existe uma adesão aquém da

⁵⁶ De 75 para 79,1 anos entre as mulheres, e de 67 para 69,7 anos entre os homens, entre 2000 e 2010.

⁵⁷ Em média 36,6 por 100.000 nos últimos 5 anos, com oscilações de 1-2 óbitos por ano a um máximo de 4-5

⁵⁸ A taxa de fecundidade passou de uma média de 2,9 filhos por mulher (2005) para 2,3 (2010). A taxa de fecundidade específica entre adolescentes de 104‰ (1998) para 92‰ (2005) e para 62‰ (2010). Dados administrativos da saúde indicam que 3 em cada 10 grávidas atendidas nas consultas pré-natais tinham 18 anos ou menos (30,5%) em 2010, passando para 2 em cada 10 (20%) em 2012. Adolescentes com 16 anos ou menos representavam 11,4% do total em 2007 e 5% em 2012

⁵⁹ De 2007 a 2012 aumentou cerca de 20 pontos percentuais: 94% dos partos foram assistidos por pessoal médico qualificado em 2012 - 63,5% em meio rural em 2005 quando essa taxa era de 36% em 1998. Taxa de grávidas que realizam pelo menos 1 consulta de pré-natal 95% em 2013; 4 consultas passou de 64% para 72% entre 1998 e 2005

⁶⁰ Ministério da Saúde (2015) *Análise da prestação dos cuidados de saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva (SSR) do homem, da mulher e do adolescente nos Centros de Saúde de Cabo Verde.*

⁶¹ *Ibidem*

almejada. São destacados constrangimentos a nível da adequação dos espaços e seu funcionamento, bem como na abordagem e confidencialidade: o enfoque continua sendo na prevenção da gravidez e infeções sexualmente transmissíveis, em detrimento de abordagens mais positivas e abrangentes.

As recomendações desta mesma análise destacam que as abordagens de promoção de saúde requerem a inclusão nas equipas de técnico(a)s sociais e as mais valias de parcerias interinstitucionais (educação, juventude, ação social, sociedade civil, etc.), permitindo um trabalho nos centros de saúde, em estruturas parcerias e na comunidade, bem como capitalizar em técnicas adaptadas ao diálogo e abordagens de cariz mais informal. Este tipo de abordagem é suscetível de promover:

- ▶ A desejada demanda de serviços por parte de homens, adolescentes e jovens
- ▶ Oportunidades para abordar, em particular junto dos homens:
 - Papéis e estereótipos de género, exercício da sexualidade, VBG
 - De forma geral, as concepções de masculinidade determinantes para vários comportamentos de risco e promoção da plena saúde, física, mental e social

3.4.2. Análise do contexto no sector e recomendações

Oportunidades

- ▶ O Ministério da Saúde está em curso de implementação do Programa de Atenção à Saúde da Mulher e do Homem, bem como do Programa de Atenção à Saúde do Adolescente, estando prevista a elaboração de um programa para a terceira idade.
- ▶ A abordagem preconizada visa a saúde em todas as etapas da vida de mulheres e homens e o desenvolvimento da saúde pública, reforçando a promoção da saúde e a educação para a saúde, envolvendo as escolas e a comunidade.
- ▶ Está em curso de discussão a implementação de um programa de apoio integrado à família, numa parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Família e Inclusão Social, nomeadamente através da extensão de 5 para 12 anos do período de atenção à criança. Atenção integrada, além do apoio médico e medicamentoso, integrando vertentes educativas e de inclusão (com enfoque nas crianças e em particular as meninas em risco), e promovendo a participação dos homens.
- ▶ Prevista a realização do IDSR III em 2017, uma fonte-chave de informações para a tomada de decisão em questões de saúde sexual e reprodutiva, inquérito que pode ser realizado e analisado com uma abordagem de género.
- ▶ Prevista a implementação de um sistema de informação que apoie a gestão da saúde e permita, através da informação clínica nele contida, trabalhar dados estatísticos para a tomada de decisão, investigação, controlo de tendências epidemiológicas.

Iniciativas em curso e parceiros/as

- ⇒ Portugal irá continuar a trabalhar com Cabo Verde no domínio da saúde. As áreas concretas a contemplar estão em curso de definição e poderão ser atualizadas após a finalização do Plano Indicativo de Cooperação.
- ⇒ É possível que Espanha também apoie o sector saúde - informação a confirmar após a finalização das negociações.
- ⇒ Entre os projetos aprovados no âmbito da Cooperação UE e países da Macaronésia (Cabo Verde, Canárias, Açores, Madeira) figuram intercâmbios e assistência técnica na área da saúde.
- ⇒ Os/as principais parceiros/as técnicos/as e financeiros/as com quem devem ser coordenadas as ações são a Organização Mundial da Saúde, Fundo de População das Nações Unidas, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância. A Organização Mundial da Saúde e ONU Mulheres apoiaram recentemente o desenvolvimento de um Manual de procedimentos da Saúde em matéria de VBG, tendo sido formados quadros do Ministério e das Delegacias/Centros de Saúde, a respeito.

Recomendações

- ▶ Apoiar o reforço das capacidades para a implementação do Programa de Atenção à Saúde da Mulher e do Homem, tendo em conta as suas especificidades (saúde sexual e reprodutiva, incluindo a interrupção voluntária de gravidez segura, atenção a cancro específicos, etc.).
- ▶ Apoiar o reforço das capacidades para a promoção da saúde e a educação para a saúde, envolvendo as escolas e a comunidade.
- ▶ Apoiar o reforço das capacidades para a implementação do Programa de Atenção à Saúde do Adolescente (ex. adaptação de espaço, formação do pessoal, abordagens promotoras da participação dos jovens e adolescentes, do sexo masculino e feminino).
- ▶ Apoiar o reforço das capacidades para a análise de dados com uma abordagem de género, incluindo na vertente de sistema de informação (ex. dados estatísticos para a tomada de decisão, investigação, controlo de tendências epidemiológicas, etc.).

3.5. Energias renováveis, água e saneamento, e mudanças climáticas

3.5.1. Análise da situação de género

Cabo Verde mantém a aposta na **sustentabilidade energética**, crucial para reduzir a sua vulnerabilidade económica, enquanto país dependente da importação de combustível fóssil utilizado, quer para a produção de eletricidade, quer de água. Conforme referido pelo Programa do Governo, o sector elétrico tem problemas estruturais de baixo desempenho ao longo da cadeia de produção até ao consumo, com impactos negativos no preço da energia ao consumidor (p.60). Existe o compromisso de garantir o acesso universal a serviços energéticos modernos, melhorar a eficiência energética e a quota das energias renováveis na matriz energética global.⁶²

Cabo Verde tem forte potencial para diversas formas de energia renovável (solar, eólica, geotérmica, energia térmica do oceano) e, tendo em conta os investimentos feitos, em 2013, a taxa de penetração das energias renováveis na produção elétrica era de 20%.⁶³ A nível nacional 86% dos agregados têm acesso a eletricidade (90% no meio urbano e 78% no meio rural). Por seu lado, 89% das famílias urbanas e 40% das rurais utilizam o gás para cozinhar, enquanto 7% das famílias urbanas e 58% das rurais utilizam lenha (IMC, 2015). De referir que, entre os agregados que não têm acesso a uma cozinha (19%), 17% são representados por homens e 21,5% por mulheres (IMC, 2013).

A disponibilidade de energia é fundamental para o desenvolvimento de pequenos negócios e atividades geradoras de rendimento, enquanto a iluminação pública é determinante em matéria de segurança, que afeta diferentemente mulheres/raparigas e homens/rapazes. Do ponto de vista do sector e dos seus recursos humanos, apesar de não existirem dados quantitativos, observa-se que predominam trabalhadores do sexo masculino, sobretudo em cargos técnicos. De entre as já poucas mulheres que escolhem a via tecnológica, a especialização no domínio da energia não é preferida. Um dado relevante num sector de ponta que se pretende em crescimento e gerador de emprego.

O sector da **água e saneamento** é um dos sectores que em Cabo Verde vem integrando uma perspetiva social e de género. Em termos de acesso, 64% dos agregados tem acesso à rede pública de água (68% no meio urbano e 55% no meio rural), enquanto 15% tem acesso à água através de fontanários.⁶⁴ O consumo nos fontanários é estimado em 15 litros por pessoa (variando entre 7L a 25L por dia, consideravelmente abaixo do mínimo diário recomendado de 40L diários por pessoa). O acesso à água via fontanário implica maiores gastos em termos de tempo (deslocações, esperas) e a apanha de água, em 75% dos casos, é da responsabilidade, na maioria dos casos, das mulheres e crianças; existem condicionantes de horário para a recolha de água, tanto na rede pública como nos fontanários e autotanques, que interferem com outras atividades produtivas, de cuidados e escolares. O uso de fontanário e autotanque tem também impacto sobre o custo da água, que é mais

⁶² DGE (2015) Agenda de Ação para a Energia Sustentável para Todos

⁶³ Ibidem

⁶⁴ IMC, 2015. Outros 9% têm acesso via casa de vizinhos, 6% autotanque, 8% outras fontes, tais como levadas

elevado do que o da água da rede. Para as famílias com rendimento mais baixo, o custo pode chegar a 15% de seu rendimento mensal.⁶⁵

Em termos de saneamento, 77% dos agregados têm acesso a instalações sanitárias em casa (85% urbano e 60% rural): apesar do grande progresso neste indicador, 23% das famílias não têm instalações sanitárias ou sistema de evacuação das águas residuais, valor que chega a 40% no meio rural. Adicionalmente, as sanitas nem sempre têm autoclismo: dos 77% agregados com sanita, 41% está ligado a sistema de saneamento (rede ou fossa séptica) e 36% não dispõe de água/sistema (IMC, 2015). Também em relação ao saneamento, as mulheres e crianças asseguram maioritariamente as tarefas de descargas das excreções. De referir que as doenças infecciosas e parasitárias foram a segunda causa de morte em crianças com menos de 5 anos entre 2010 e 2012. O sector de captação, tratamento e distribuição de água, saneamento e resíduos emprega mais homens do que mulheres (70,6% para 29,4%).⁶⁶

O sector da água e saneamento conta com um quadro legal, regulamentar e político favorável, do ponto de vista da igualdade de género.⁶⁷ A Agência de Regulação Económica (ARE) prevê a possibilidade de diferenciação dos tarifários, com uma faixa de consumo social que garanta nível de consumo mínimo compatível com as condições de salubridade da população, a um valor que tenha relação com a capacidade de pagamento das famílias. As principais políticas e estratégias do sector são explícitas quanto à igualdade e equidade social e de género.⁶⁸ Estes e outros engagements estão em consonância com as várias metas dos ODS relativas à água e ao saneamento e suas dimensões sociais e de género.⁶⁹

Existe uma *Estratégia Social e de Género para o Sector da Água e Saneamento em Cabo Verde* (ESGAS, 2015-2020) que se organiza em 5 eixos e objetivos estratégicos

⁶⁵ Agência Nacional de Água e Saneamento, *Estratégia Social e de Género para o Sector da Água e Saneamento* (ESGAS, 2015-2020)

⁶⁶ Ibidem

⁶⁷ O Código de Água e Saneamento (CAS), entre outros aspetos, identifica os grupos populacionais mais vulneráveis, define entre os seus princípios a participação e a promoção do IEC. Prevê a adoção de planos de igualdade pelos Serviços municipais de água e saneamento (Artigo 31.º) e obrigações sociais e de género no âmbito de concessões (Artigo 127.º, 143.º), bem como objetivos de igualdade de género e sociais nos projetos financiados pelo Fundo de Água e Saneamento (Artigo 293.º). De forma geral prevê que o planeamento no sector atenda às questões Integração de igualdade de género e redução da pobreza (Artigo 94.º). Com base no Anexo Técnico de Género do Programa CVE – 082 / LuxDev (2015)

⁶⁸ PAGIRE - *Plano de Ação Nacional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos*, 2010) & PENAS - *Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento*, 2015-2030. Partem de uma visão de direitos, sendo quantificado os estandartes a cumprir para a água (acesso de cada pessoa a uma quantidade mínima diária de água – 40 L, sendo pelo menos 5 L de água potável para consumo; acessibilidade física, com distâncias aos pontos de água não superiores a 10 minutos de percurso - cerca de 250 m de distância, condição para que quem não tem ligação domiciliária possa ter acesso ao mínimo diário de 40 L por pessoa), bem como para o saneamento (condições de saneamento que assegurem privacidade e não afetem nem a saúde pública nem o ambiente); e ainda em termos de custos, não devendo o valor ser superior a 5% do rendimento do agregado e salvaguardando o acesso gratuito em situações confirmada de pobreza. As principais dimensões focadas para a equidade social e de género no sector da água e saneamento são a equidade em termos de tempo e esforço (para obtenção de água); equidade em termos de custo (da água); equidade no acesso a água segura; equidade no consumo (de água); acesso a condições de saneamento, sobretudo nas áreas urbanas e suburbanas.. Com base no Anexo Técnico de Género do Programa CVE – 082 / LuxDev (2015)

⁶⁹ Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs> (consultado 16/01/2016). Por exemplo a meta 1.4 - assegurar iguais direitos no acesso aos recursos naturais; meta 5.4 - valorizar o trabalho reprodutivo através de serviços e infraestruturas, bem como promover a partilha de responsabilidades familiares; meta 6.1 - alcançar o acesso universal e equitativo à água potável segura e economicamente acessível; meta 6.2 - alcançar o acesso adequado e equitativo ao saneamento e eliminar a defecação ao ar livre; meta 6.6b - apoiar e reforçar a participação das comunidades locais na melhoria da gestão da água e do saneamento

(Acessibilidade física do serviço; Acessibilidade económica do serviço; Poder; Responsabilidade e Controlo Social; Institucionalização Social e de Género). Existe ainda um plano de IEC para o sector, que visa, entre outros, o envolvimento e valorização das mulheres na reforma do sector e a promoção de papéis mais equitativos. Em termos institucionais, a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), que conta com um Gabinete Ambiental e de Integração Social e de Género (GAISG) é responsável pela integração transversal dos aspetos sociais e de género e coordenação das ações no sector.

Verifica-se, assim, uma situação propícia do ponto de vista da integração do género no sector, desde o quadro legal e regulamentar, ao quadro institucional e das políticas, embora não tenha ainda atingido ainda a sua plena funcionalidade, pelo que, para capitalizar os investimentos feitos e ganhos alcançados, estão em curso várias iniciativas de reforço de capacidades.

Cabo Verde é particularmente vulnerável às **mudanças climáticas** e seus impactos, enquanto Pequeno Estado Insular (SIDS), de clima árido saheliano e terras aráveis reduzidas. Estes impactos incluem o aumento de fenómenos meteorológicos extremos (ex. cheias repentinas), a subida do nível do mar, degradação de recursos marinhos e outros recursos naturais, mudanças nos padrões de chuva, agravamento da desertificação e degradação das terras, entre outros. As ações de adaptação e mitigação são uma prioridade e carecem de assunção por diversos atores: instituições responsáveis, sectores para a integração de medidas na sua planificação, municípios tendo em conta diversos aspetos sob a sua gestão, sociedade civil, comunidades, etc. É hoje aceite que o género é uma condição para a adaptação bem-sucedida e que o trabalho com as comunidades, e a todos os níveis, exige uma abordagem participativa. A respeito pode citar-se o ODS 13, sendo a meta 13.b relativa à melhoria das capacidades de planificação e gestão relacionadas com as mudanças climáticas, nos Países Menos Avançados e SIDS, incluindo um enfoque nas mulheres, jovens e comunidades locais e marginalizadas.

Globalmente, ainda há muito a fazer para que a planificação, implementação, seguimento e avaliação das medidas de adaptação e mitigação seja efetivamente participativa, permitindo que as preocupações das comunidades e suas propostas de soluções, incluindo as das mulheres, sejam tidas em conta de forma significativa. As mulheres, sobretudo as do meio rural, incluem-se frequentemente entre os grupos mais excluídos, aos quais as informações, iniciativas de reforço das capacidades, serviços de extensão rural, tecnologias não chegam. Para além disso, o controlo que efetivamente têm sobre os recursos produtivos e rendimentos é uma condicionante, já que a um menor controlo (falta de acesso à terra, recursos produtivos e financeiros) limita a capacidade de investir e aplicar medidas de adaptação. Adicionalmente, o papel das mulheres na gestão dos recursos naturais é por vezes focado nos aspetos mais negativos (ex. apanha de lenha, extração de areia) sem capitalizar nos aspetos positivos, ligados aos seus saberes tradicionais, práticas e liderança (ex. plantas medicinais, conhecimento das espécies). No que tange a desastres naturais, são muitas vezes as mais afetadas: na medida em que se encontram em situação de pobreza, têm maior probabilidade de ter menos recursos e capacidades para lidar com catástrofes e recuperar delas.

3.5.2. Análise do contexto no sector e recomendações

Oportunidades

- ▶ Existência do CERMI – Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial -, em início de operação, com forte mandato para formação no domínio das energias renováveis e prestação de serviço
- ▶ Em curso, o estudo sobre tarifa de água para agricultura, que integra uma abordagem de género
- ▶ Fundo de Acesso a Água e Saneamento e Fundo de Acesso Social em curso de operacionalização, prevendo-se que todos os projetos de infraestruturação no domínio da água e do saneamento venham a passar pelo fundo, estando o Gabinete de Género da Agência Nacional de Água e Saneamento integrado no grupo de trabalho para a operacionalização destes dois fundos.
- ▶ Investimentos feitos em termos de capacitação dos e das profissionais do sector ambiente (pessoal técnico a nível central e local, líderes comunitários e sociedade civil, no contexto programa das áreas protegidas) e de água e saneamento (ANAS, conselhos municipais de água e do saneamento, membros da rede de IEC e animadores locais de IEC) e disponibilidade de instrumentos nos dois sectores (ex. manuais de formação e de elaboração de diagnósticos de género nas comunidades, desenvolvimento (em curso) de um guia prático para a implementação de processos participativos junto das comunidades abrangidas pelos Planos Diretores de Água e Saneamento)
- ▶ Operacionalização, em curso, do Cadastro Social Único, que facilitará o trabalho de focalização da vertente social e de género no acesso à água e saneamento, incluindo de tarifas sociais no consumo, que se pretende implementar também no caso da energia
- ▶ Realização, a nível da Direção Nacional do Ambiente, de uma avaliação estratégica ambiental e social com base em formação prática e análise de documentos/políticas

Iniciativas em curso e parceiros/as

Energia

- ⇒ O **Grupo de Apoio Orçamental** (GAO) passou a integrar a energia como novo sector de intervenção em matéria de Convergência Técnica e Normativa.
- ⇒ No âmbito do programa de cooperação do Luxemburgo com Cabo Verde, está em curso de formulação um **projeto sobre energias renováveis (CVE-083)**. Apesar de ter uma classificação de CAD 0, poderá justificar-se uma abordagem de tipo CAD 1, já que a abordagem será de cadeia de valor, visando promover o acesso universal a energia limpa e sustentável. Haverá enfoque em zonas remotas e dispersas, onde frequentemente as mulheres e os agregados representados por mulheres são a maioria. Intervenção visando essencialmente o quadro institucional do sector, mas poderá vir a ter intervenções de micro-redes de energia renovável (fora da rede).
- ⇒ É possível que Espanha apoie o país em matéria de energias renováveis, informação a confirmar após a finalização das negociações do programa de cooperação.
- ⇒ A França, que intervém em Cabo Verde hoje em dia essencialmente através da Agência Francesa de Desenvolvimento, através de créditos, tem projetos no domínio da eficiência energética.

- ⇒ O BAD, a Agência de Cooperação Internacional do Japão e a Holanda têm sido financiadores do sector, com iniciativas no meio rural.
- ⇒ O **Centro da CEDEAO para Energias Renováveis e Eficiência Energética**, instalado em Cabo Verde, conta com um Departamento de Assuntos Sociais e Género. Existe uma ***Política de Integração do Género no Acesso à Energia***, que compromete os Estados-Membros da CEDEAO: visa (i) reforçar a igualdade de acesso a serviços modernos de energia, (ii) acelerar e aproveitar diferentes formas de energia, incluindo aplicações domésticas, comunitárias e produtivas; (iii) harmonizar a legislação e práticas na CEDEAO quanto a igualdade de género e energia, (iv) aumentar a participação paritária de mulheres e homens nas cadeias de valor de energia, incluindo nos mercados.
- ⇒ A **Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial** é a agência das Nações Unidas que trabalha de forma mais intensa em matéria de energia.

Água e saneamento

- ⇒ No âmbito da **Cooperação UE e países da Macaronésia**, Cabo Verde encontra-se envolvido em projetos aprovados no domínio da dessalinização.
- Está em curso um projeto financiado pelo Luxemburgo: **Projeto Água e Saneamento (CVE-082)**, sendo a LuxDev a agência de execução. As intervenções incidirão sobre a sustentabilidade financeira do sector, a melhoria do desempenho das empresas de água e saneamento, e melhoria dos serviços, incluindo uma vertente de Educação para a Saúde. Em matéria de género, deverá contribuir para uma mobilização de fundos sensível ao género, sistemas de Seguimento & Avaliação e uma vertente educativa sensível ao género.
- ⇒ A França, através da Agência Francesa de Desenvolvimento tem projetos em curso em Cabo Verde no domínio da água e saneamento (em Santiago) e dessalinização (em São Vicente e no Sal).
- ⇒ Um dos dois projetos que o Millennium Challenge Corporation tem em Cabo Verde é de apoio à reestruturação do sector de água e saneamento, visando o estabelecimento de uma base institucional financeiramente sólida, transparente e capaz. Termina em 2017.
- ⇒ O BAD e o Kuwait financiam um projeto de alargamento da rede domiciliária de água (em curso), para o qual a Agência Nacional de Água e Saneamento/Gabinete de Género está a apoiar a integração das vertentes social e de género.
- ⇒ A nível das Nações Unidas, o **Fundo das Nações Unidas para a Infância** trabalha em matéria de água e saneamento, e a **ONU Mulheres** assinou um protocolo de colaboração com o Millennium Challenge Account na vertente social e de género, tendo participado na elaboração de análises de dados de inquérito e discussão da abordagem e instrumentos para a focalização (no âmbito do Fundo Social da Água e para a tarifa social).

Mudanças climáticas

- ⇒ Através do Programa da UE ***Global Climate Change Alliance*** (GCCA+), está a ser apoiado o projeto **Construindo capacidade adaptativa e de resiliência para o sector florestal em Cabo Verde**, a ser executado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Visa em particular a restauração e gestão florestal, trabalhando as capacidades de planeamento e gestão a nível central e local, com base numa abordagem participativa sensível ao género, e o reforço das capacidades locais e das comunidades

(Santiago, Boavista e Fogo) para a adaptação (saberes técnicos, plantação, organização de fileiras agroflorestais).

- ⇒ No âmbito da **Cooperação UE e países da Macaronésia** Cabo Verde encontra-se envolvido em projetos aprovados no domínio de adaptação às mudanças climáticas, gestão de catástrofes, proteção ambiental (incluindo proteção marinha)
- ⇒ É possível que Espanha apoie o sector ambiental, a confirmar após a finalização das negociações

Recomendações

- ▶ Apoiar a integração de uma abordagem de género na implementação e seguimento das políticas de energia.
- ▶ Apoiar a institucionalização de uma abordagem de género no Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial (CERMI) e a implementação de medidas que visam promover uma maior participação das mulheres nas áreas técnicas relacionadas com a energia.
- ▶ Apoiar uma mobilização de fundos sensível ao género, com vista a aumentar os investimentos para a implementação da estratégia de social e de género do sector da água e do saneamento (tanto para ações positivas de empoderamento das mulheres e dos mais vulneráveis, como para o reforço da integração transversal da igualdade de género no sector).
- ▶ Apoiar iniciativas educativas e de comunicação sensíveis ao género, que promovam mudanças de comportamento tanto entre as mulheres como entre os homens, a valorização do papel das mulheres e a repartição mais equitativa do trabalho ligado a tarefas de água e saneamento.
- ▶ Apoiar o reforço da integração transversal do género no sistema de seguimento e avaliação do sector da água e saneamento, para um melhor seguimento e avaliação das questões de género no sector.
- ▶ Apoiar o desenvolvimento de capacidades para a integração de uma abordagem de género nas iniciativas de adaptação às mudanças climáticas, baseada em dados desagregados e indicadores específicos, e a sua análise (análise de género da situação)
- ▶ Apoiar abordagens participativas que implicam as comunidades no processo de tomada de decisão, entre as quais as mulheres, e consideram eventuais necessidades de reconversão de atividades tradicionalmente realizadas por mulheres, quer sejam geradoras de rendimento ou não (ex. promoção a energias alternativas à lenha para cozinhar, incentivos económicos para reconversão de atividades rentáveis, acesso a serviços sociais)
- ▶ Apoiar iniciativas de reforço das capacidades de adaptação e mitigação às mudanças climáticas que incluem uma abordagem de género e garantem às mulheres acesso a conhecimentos, tecnologias, serviços de apoio, recursos produtivos e às oportunidades económicas.

4. Mudança na cultura institucional em matéria de género

A avaliação independente do apoio da UE à igualdade de género e empoderamento das mulheres nos países parceiros apontou a necessidade premente de mudança da cultura institucional, enquanto o mais importante fator para o alcance de resultados mais efetivos no cumprimento dos direitos das mulheres (p. 13, GAP II).

O desafio, no âmbito do GAP-CV, será traduzir os engajamentos em investimentos concretos nas iniciativas da DUE e EM.

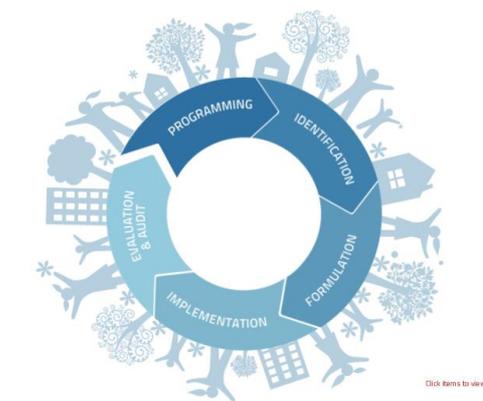
Em Cabo Verde a Cooperação, tanto da DUE como dos EM, não contempla neste momento iniciativas de género (CAD 2), embora já as tenha contemplado no passado.⁷⁰

Assim, o reforço do financiamento da igualdade de género em Cabo Verde, no momento atual, passa essencialmente pelo reforço de estratégias concretas de integração da igualdade de género nos projetos, programas e outras modalidades de cooperação (CAD 1).

O desafio será tornar sistemático o uso de dados desagregados por sexo e outras variáveis relevantes e garantir que projetos, programas, assistência técnica e/ou reforço das capacidades dispõem de - ou elaboram - uma análise de género no respetivo sector.

Alguns projetos em curso implementação foram já elaborados nessa perspectiva: a sua formulação contou com uma análise de género e os projetos explicitam a estratégia que vai ser seguida para integrar o género.⁷¹ Esta abordagem deverá ser generalizada a todas as iniciativas de cooperação, e fazer parte dos requisitos de formulação das diferentes agências de execução que recebem financiamento da DUE / EM.

A modalidade de Apoio Orçamental apresenta especificidades. Diferentes ações podem ser realizadas em momentos distintos do **ciclo do Apoio Orçamental** (ver figura à direita), para garantir a integração da igualdade de género ao longo do ciclo.⁷²



⁷⁰ Em particular no caso de Espanha, com o financiamento de um programa abrangente no domínio do combate à VBG, através do NEPAD; projetos de empoderamento económico das mulheres, entre os quais de empreendedorismo feminino com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e seus parceiros; apoio à implementação dos GOIP – Gabinetes de Orientação e Inserção Profissional das Mulheres; apoio ao estabelecimento de uma Cooperativa de mulheres produtoras em Cidade Velha – Cooperativa Sulada. Também têm sido financiados pela DUE, no âmbito das chamadas a candidatura para a sociedade civil e atores locais, projetos de ONG femininas, essencialmente no domínio do empoderamento económico.

⁷¹ Como é o caso dos do Luxemburgo – CVE-081 (Emprego e Empregabilidade) e CVE-082 (Água e Saneamento), formulados pela LuxDev

⁷² <http://eugender.itcilo.org/toolkit/online/story.html>

Ações-chave por etapa para a integração do género no ciclo do Apoio Orçamental:⁷³

Etapa do ciclo do Apoio Orçamental	Descrição sumária	Ações-chave para a integração de uma abordagem género
1. Programação	Etapa acompanhada de diálogo político sobre as principais políticas e reformas, condições e necessidades de desenvolvimento de capacidades. Diálogo baseado na partilha dos compromissos e valores fundamentais de Direitos Humanos, Democracia e Estado de Direito, que incluem a Igualdade de Género.	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Inclusão da temática da igualdade de género no diálogo político ▶ Elaboração de um Perfil de Género do País e identificação de prioridades ▶ Interlocação com as estruturas / instituições de género nacionais
2. Identificação	Avaliação preliminar conjunta (doadores e parceiros nacionais) da elegibilidade do país para apoio orçamental: inclui a revisão de reformas e políticas nacionais de desenvolvimento, da estabilidade do quadro macro económico, gestão das finanças públicas, transparência e controlo orçamental.	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Integração estratégica de expertise de género no processo de avaliação da elegibilidade ▶ Diálogo político contínuo e coordenação com os parceiros a nível político sobre igualdade de género
3. Formulação	Desta fase resulta a base para o Acordo de Financiamento que especifica o racional, objetivos e benefícios esperados. Implica avaliação aprofundada dos critérios de elegibilidade, um quadro de gestão de riscos, e mecanismos de implementação detalhados.	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Análise das despesas públicas desde uma perspetiva de género ▶ Diálogo e coordenação contínua com os parceiros em matéria de género ▶ Inclusão de indicadores de género no quadro de avaliação de desempenho ▶ Previsão de capacitação em género
4. Implementação	Seguimento do desempenho e manutenção do diálogo político acerca de áreas-chave (ex. quadro macroeconómico e gestão das finanças públicas, etc.), reportagem conjunta nesta matéria e sobre indicadores acordados, ações de desenvolvimento de capacidades	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Seguimento sensível ao género ▶ Avaliação dos impactos a nível do género ▶ Apoio ao desenvolvimento de capacidades em género ▶ Diálogo e coordenação contínuos ▶ Apoio a iniciativas de OSG para a prestação de contas
5. Avaliação e auditoria	Avaliar até que ponto o diálogo político e Apoio Orçamental tiveram impacto no país (alcance dos objetivos das suas políticas de desenvolvimento, incluindo sobre a igualdade de género).	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Estabelecimento de padrões mínimos para uma avaliação sensível ao género ▶ Integração de expertise género nas missões de avaliação conjunta ▶ Auditorias de género às organizações

Cabo Verde encontra-se na fase 4 de implementação do Apoio Orçamental, pelo que se trata nesta fase fundamentalmente de assegurar:

- ▶ Um seguimento do desempenho que seja sensível ao género & a avaliação dos impactos de género da implementação

O desafio será garantir que os sistemas de seguimento e as avaliações, bem como as capacidades afectas aos programas financiados são capazes de seguir e analisar o seu impacto nas mulheres e homens.

→ O acordo de Apoio Orçamental inclui um indicador ligado ao emprego e empregabilidade desagregado,⁷⁴ e estão previstos vários investimentos (DUE e EM) no

⁷³ Adaptado a partir do *Resource Package on Gender Mainstreaming in EU Development Cooperation*, ICT-ILO, UN Women e European Commission (2015) <http://eugender.itcilo.org/toolkit/online/story.html>

sector. Existem importantes desafios de género no acesso e permanência das mulheres ao mercado laboral, pelo que se deverá trabalhar com os vários **atores implicados** (sectores e parceiros) no sentido da apresentação de **dados desagregados** e **indicadores específicos** de género que permitam seguir os progressos neste domínio.

- Para além disso, durante os momentos de revisão, os relatórios apresentados ao GAO podem integrar um slide/parágrafo sobre as **medidas de género** tomadas (ou em curso), em particular no caso das questões de emprego e empregabilidade (em particular no caso dos indicadores do acordo de Apoio Orçamental, relativos por exemplo ao Programa de Desenvolvimento Empresarial (PDE), da criação do sistema nacional de garantia da qualidade do ensino superior, etc.).
- O **Observatório do Emprego**, para o qual se prevê um apoio do Luxemburgo, poderá ter um papel importante em garantir a produção de dados desagregados, indicadores de género e análises da situação sensíveis ao género.
- O **Observatório de Género** é outro mecanismo que poderá apoiar esta análise. Poderia inclusivamente se prever um relatório anual de género, mais global, que teria a virtude de apoiar o seguimento dos progressos de forma mais abrangente e atualizar de forma mais permanente a análise da situação, para alimentar a implementação.
- De referir que o sistema de seguimento do PNIG (2015-2018) menciona que, com base nas informações coletadas juntos dos sectores e parceiros/as de implementação, o ICIEG elabora um relatório anual *“que servirá como contribuição ao relatório anual do DECRP III e que será partilhado com o Conselho de Ministros”* (p.93). Na prática isto não tem sido feito, por falta de recursos para o efeito.
- Não está previsto **apoio institucional** ao ICIEG no âmbito do acordo de Apoio Orçamental, mas seria pertinente ver a forma de garantir este apoio, com enfoque no Observatório de Género. Com efeito um sistema de seguimento, por mais simples que seja, **exige recursos, sob pena de não se concretizar**.
- O acordo de Apoio Orçamental prevê uma **revisão a meio percurso** (data indicativa 2018), pelo que o acima exposto contribuirá para esse processo. Caso a montagem do seguimento sensível ao género se prolongue no tempo, a revisão a meio percurso deve ser a ocasião para o seu lançamento (relatório de progresso de género do ICIEG/Observatório de Género e do Observatório do Emprego).
- Está prevista uma **avaliação** no fim do período do acordo de Apoio Orçamental (2020) e será fundamental que integre os aspetos de género, numa perspetiva inclusivamente de alimentação de um eventual novo ciclo, que possa integrar o género de raiz.
- ▶ Apoiar o desenvolvimento de capacidades em género
 - Tendo em conta as áreas do Apoio Orçamental e as recomendações feitas ao longo do plano, muito do apoio necessário incide sobre as **capacidades de género dos sectores**, para uma **planificação e orçamentação sensível ao género**, em sintonia com o preconizado pelo Programa do Governo.

⁷⁴ De referir que a linha de base para este indicador, referente a 2014, precisa ser desagregada

- O acordo de Apoio Orçamental prevê **apoio institucional** a várias instituições, que deverão anualmente identificar prioridades de género, em sintonia com os objetivos visados. Na página seguinte, um quadro indicativo das instituições e áreas, de acordo com a análise efetuada no âmbito do GAP, em diálogo com as/os parceiros nacionais.
- O apoio ao reforço das capacidades da **sociedade civil** deve ser previsto via chamadas a propostas para a sociedade civil e atores locais, e via *Roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil (2014 – 2017)*, investindo em ações de reforço em matéria de formulação de projetos sensíveis ao género. No caso dos municípios deve ser estudada a possibilidade de um reforço das capacidades específico através da **ANMCV**, capitalizando por exemplo na coligação de mulheres autarquias de Santiago e Agendas de Género que já existem (São Miguel e Praia).

Apoio institucional no âmbito do Apoio Orçamental	Exemplos indicativos de reforço de capacidades em género (a programar)
<p>Boa governação, reforço da gestão das finanças públicas</p> <p>→ «<i>Produção de estatísticas nacionais melhoradas (apoio ao INE)</i>»</p>	<p>→ <u>Reforço das capacidades para a produção de novos dados</u>: ex. dados sobre o nível salarial, dados sobre o acesso ao crédito e suas características, estimativa da contribuição ao PIB do trabalho não remunerado e metodologia para a sua introdução nas contas nacionais)</p> <p>→ <u>Reforço das capacidades no âmbito do Observatório de Género</u>: colaboração com o ICIEG na sua atualização permanente</p>
<p>Boa governação, reforço da gestão das finanças públicas</p> <p>→ «<i>Funcionamento melhorado da Direção Nacional do Plano (DNP)</i>»</p>	<p>→ <u>Reforço das capacidades para a integração do género no quadro orçamental de sectores prioritários</u>: pilotar nos sectores priorizados a orçamentação sensível ao género (classificador de género), reforçar as capacidades destes sectores para o cumprimento das diretrizes orçamentais (incluindo, quando necessário, o reforço das competências para a planificação com uma abordagem de género)</p>
<p>Sociedade de informação, investigação e inovação</p> <p>→ «<i>Capacidades do Ministério da Educação reforçadas, no domínio da qualidade de ensino superior e da implementação dos programas e instrumentos de cooperação com UE</i>»</p>	<p>→ <u>Reforço das capacidades para a integração da igualdade de género no Sistema Nacional de garantia de qualidade do ensino superior</u> (critérios de qualidade, indicadores de seguimento, etc.)</p>
<p>Segurança e estabilidade</p> <p>→ <i>Plano de ação em matéria de segurança e estabilidade implementado de forma satisfatória (reforço institucional do Ministério da Justiça e Ministério da Administração Interna)</i></p>	<p>→ <u>Reforço das capacidades para a implementação da Lei de combate à VBG</u>: nomeadamente para a implementação de ações prioritárias do PNVBG (em concertação com o ICIEG) que sejam relevantes para o plano de ação em matéria de segurança e estabilidade</p>
<p>Redução da pobreza – competitividade e emprego</p> <p>→ «<i>Capacidade das instituições responsáveis pela promoção da competitividade e emprego melhorada (Ministério da Economia e Emprego e Instituto do Emprego e Formação Profissional, Conselho Superior das Câmaras do Comércio, Agência de Desenvolvimento Empresarial)</i>»</p>	<p>→ <u>Reforço das capacidades para a integração de uma abordagem de género no processo de desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Empresarial</u>: análise da situação de género, definição de medidas para o desenvolvimento do empresariado feminino, identificação das principais necessidades de reforço de capacidade dos diferentes atores, etc.</p>

▶ Um diálogo e coordenação contínuos & apoio a iniciativas de prestação de contas

→ Em termos de **diálogo político**, o desafio será manter a igualdade de género presente na agenda do diálogo político com o Governo, sectores e organizações da sociedade civil. Entre outras, em relação a género e estatísticas, planificação e orçamentação sensível ao género, acesso e permanência das mulheres no mercado do trabalho, participação das mulheres na tomada de decisão a todos os níveis, incluindo no sector privado, direitos humanos e erradicação da violência contra as mulheres e meninas.

O desafio em termos de coordenação será aprofundar as relações com as/os parceiras/os no país dedicados à igualdade de género, tais como o ICIEG, ONU Mulheres e organizações da sociedade civil que laboram na área.

→ A **coordenação** é fundamental para criar sinergias, parcerias e evitar a duplicação de esforços, em particular com os atores mais implicados com a igualdade de género.

→ Deverá ser estabelecido um **grupo temático de coordenação da cooperação em matéria de género**, que possa assegurar, entre outros, o seguimento da implementação do GAP-CV. Este assunto é retomado na seção 5 sobre *Implementação do GAP* (seção sobre seguimento). O estabelecimento deste grupo alargado não invalida que sejam realizadas reuniões internas de seguimento do GAP - DUE e EM, sempre que necessário.

→ A articulação com o ICIEG e parceiros de desenvolvimento, que trabalham no domínio da igualdade de género, pode ainda ser assegurada mediante reuniões técnicas regulares, em particular com as Nações Unidas/ONU Mulheres. De referir que as Nações Unidas têm um grupo temático interno de Género, liderado pela ONU Mulheres, para a coordenação de género no contexto do UNDAF, plano quadro de Cooperação com Cabo Verde. Em relação ao sector de água e saneamento está previsto um mecanismo de coordenação nacional, sob a liderança da Agência Nacional de Água e Saneamento, instituição que coordena a implementação da estratégia de género para o sector, através do seu Gabinete de Género.

→ Em termos de apoio a iniciativas de **prestação de contas** vários projetos em curso poderão coadjuvar as dinâmicas das organizações da sociedade civil (conforme já referido na pág.30/31),⁷⁵ pelo que devem ser seguidos de perto. Podem ser assinalados alguns momentos já conhecidos da agenda nacional, vocacionados para a prestação de contas em matéria de igualdade de género: tais como o processo de elaboração e submissão, em Junho de 2017, do relatório periódico do Estado à CEDAW, e subsequentemente a divulgação das recomendações do Comité (num horizonte temporal de 1 a 2 anos); a elaboração da Estratégia Nacional de Implementação dos ODS, em 2017 (data a definir de acordo com o calendário nacional de planificação). Durante a implementação do GAP com certeza surgirão outros processos/momentos.

⁷⁵ Projetos aprovados no contexto do EIDHR - *European Instrument for Democracy and Human Rights*; Roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil (2014 – 2017); Projeto Pro-PALOP/Timor Leste – Instituições Superiores de Controle

Mudando rotinas de trabalho a nível institucional (DUE)

O desafio será comunicar internamente de forma clara a prioridade que a igualdade de género tem, e criar um sistema de prestação de contas para as obrigações neste domínio.

- Os procedimentos descritos nesta parte referem-se sobretudo ao modo de trabalho da Delegação da UE, mas podem ser utilizados no contexto dos EM.
- Os escritórios de cada ator da UE diferem substancialmente e cada escritório terá de adaptar os seus procedimentos e instrumentos de acordo com o seu contexto.
- O reforço das capacidades internas em género é um processo progressivo e, onde já existem competências de género, devem ser capitalizadas de forma colaborativa.
- Considerando as particularidades do sistema de trabalho da DUE, há que estabelecer circuitos de partilha atempada de informações, em particularmente nas áreas sinalizadas na matriz do GAP (anexo 1), em particular no caso do pessoal que lida com os sectores do Apoio orçamental e institucional, o Diálogo político, Programas de cooperação nacionais e regionais, Projetos, Assistências técnicas, Comunicação/visibilidade, etc. Para atingir a integração do género em todas as áreas da Cooperação as varias secções da Delegação (Seção Política, Cooperação, Comunicação) têm a responsabilidade de colaborar e partilhar informações, assim como o direito de solicitar a participação nas reuniões internas das secções que tratam o tema de género. O ponto de referência para estas questões é o Ponto Focal de Género (ver Termos de Referência indicativos para o Ponto Focal no anexo 6).

Elaboração da análise de género

- A elaboração de uma análise de género deve ser assegurada para os novos programas e projectos em todas as áreas da Cooperação.
- A Comissão Europeia define como análise de género o estudo das diferenças nas condições, necessidades, taxas de participação, acesso a recursos e poderes de desenvolvimento, controlo de ativos e decisão, etc. entre raparigas/mulheres e rapazes/homens nos respetivos papéis em função do género.⁷⁶
- A elaboração de uma análise de género implica adaptações em diferentes etapas:
 - Contratação de consultoria para **assistência técnica**: a integração da questão de género nos Termos de referencia (TdR) para assistência técnica é indispensável considerando que grande parte da cooperação se realiza mediante contratações, pelo que há que assegurar que os/as especialistas ou equipas detêm as necessárias competências de género (assinaladas no perfil dos consultores) e que os seus TdR integram explicitamente tarefas e produtos de género. Para facilitar esta integração, durante a elaboração dos TdR deve ser utilizada a **Ferramenta 1 - Checklist para a elaboração de TdR** que consta no Anexo 6.
 - Durante e depois da contratação de assistências técnicas externas, recomenda-se a organização de um briefing de género com os/as especialistas contratados, sobre a área visada. A fim de facilitar o trabalho dos/as consultores/as, a equipa -

⁷⁶ Nota de orientação sobre o Plano de Ação da UE em matéria de Igualdade de Género para 2016 - 2020 para o Pessoal Operacional da Sede e de DUE da DG CID (Março 2016), p. 9.

nomeadamente o/a Ponto Focal de Género - tem a responsabilidade de partilhar com eles/as documentos e instrumentos de género de referência da EU e da DUE.

Elaboração e Revisão do Documento de Ação (AD) para Identificação e Formulação de novos Projetos:

- Durante a elaboração dos AD, o pessoal responsável deve aplicar como método de trabalho uma abordagem baseada nos direitos (*Rights Based Approach*), definida pelo Novo Consenso Europeu como um princípio inerente da ação externa da União Europeia.⁷⁷ A abordagem desempenha um papel fundamental para garantir que ninguém seja deixado para trás no âmbito da Agenda de 2030 (*Leave no one behind*) independentemente da etnia, sexo, idade, religião, orientação sexual, etc. A abordagem abrange todos os direitos humanos e promove a inclusão, participação, não discriminação, igualdade e equidade assim como a transparência e prestação de contas (p. 9).
- A fim de garantir a aplicação da abordagem, o pessoal deve utilizar a **Ferramenta 2 - Checklist Rights Based Approach**, que integra uma lista de perguntas a responder para cada fase do ciclo do projeto, contemplando por exemplo consultas aos diferentes intervenientes (governo, sociedade civil etc.), assim como dados desagregados por sexo, etc. (ver Anexo 6).
- O pessoal da DUE deve assegurar-se que conhece a lógica e significado do **Marcador de Género (CAD)** nos AD, para a sua correta utilização.
- O Anexo 6 contém a **Ferramenta 3 - Tabela sobre o Marcador de Género (CAD)**, que dá orientações e exemplos concretos para a utilização do marcador. No caso do Marcador de Género ter uma cotação de 0, há que indicar especificamente a razão no AD. Atualmente, cerca de 40% das despesas da ajuda ao desenvolvimento integram a igualdade de género como um objetivo significativo ou principal (CAD 1 e 2). O GAP II estipula que para 2020 a questão da igualdade de género deve constar em 85% dos programas (objetivo 5, prioridade sobremudança institucional).⁷⁸
- Recomenda-se a organização de reuniões internas para discutir a qualidade dos AD antes da avaliação QSG1 e QSG2, realizada em Bruxelas. Nestas reuniões deve participar o Ponto Focal de Género (PFG), para avaliar a integração das questões de género e a aplicação correta do Marcador de Género. Não havendo reunião, os/as Coordenadores/as devem partilhar os AD bilateralmente com o PFG e ter em conta as suas recomendações.
- Recomenda-se a consulta de especialistas externos na elaboração dos AD relativamente a questões estratégicas e ad hoc em matéria de igualdade de género.

Implementação, seguimento e avaliação de projetos

- A equipa da DUE tem a responsabilidade de seguir de forma sistemática o progresso das atividades do projeto mediante o Quadro lógico e os indicadores desagregados por sexo.

⁷⁷ European Commission, Proposal for a new European Consensus on Development: Our World, our Dignity, our Future, Communication to the Parliament, the Council, the European economic and social committee and the committee of the regions

⁷⁸ Council conclusions on the Gender Action Plan 2016-2020 (26 October 2015), p. 15.

Neste âmbito, o/a Ponto Focal de Género deve realizar reuniões internas regulares, ou bilaterais com as seções relevantes.

- Aos diferentes parceiros/as de implementação (projetos ou outras modalidades) devem ser dadas a conhecer as **obrigações de reportagem em matéria de género**, bem como a respetiva periodicidade. Particularmente quando dizem respeito a (i) um dos 8 objetivos do GAP-CV e a um dos projetos já sinalizados na matriz do GAP-CV, ou (ii) quando contribuem diretamente para um dos objetivos da mudança da cultura institucional. Poderá ser elaborado um formato de relatório tipo para o efeito.
- Devem ser estabelecidos padrões mínimos para uma avaliação sensível ao género, assim como integrada expertise de género nas missões de avaliação e auditoria.

5. Implementação do GAP

Objetivos selecionados e contribuição de cada ator da UE para a sua realização

A matriz do GAP-CV (anexo 1) apresenta os objetivos do GAP II selecionados pela DUE e os EM representados em Cabo Verde – Espanha, Luxemburgo e Portugal.⁷⁹

No final da matriz encontra-se uma listagem dos projetos regionais ou temáticos em curso, cuja coordenação não é feita a partir de Cabo Verde, e que por isso reportarão no contexto do GAP II através das respetivas estruturas coordenadoras.

A matriz do GAP-CV identifica para cada objetivo os atores responsáveis, bem como os projetos, programas ou outras modalidades que vão contribuir para o alcance dos objetivos selecionados.

Revisão e actualização da matriz do GAP-CV

A matriz do GAP-CV poderá ser atualizada sempre que novas iniciativas são aprovadas, um aspeto importante já que 2 dos 3 Estados membros (Espanha e Portugal) estão em curso de negociação do seu novo programa de cooperação com Cabo Verde.

Adicionalmente, há que ter em conta que se prevê uma revisão a meio-percurso do Programa Indicativo Nacional da UE com Cabo Verde. Revisão que permitirá o alinhamento ao novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, enquadrador de todas as atividades em matéria de política de desenvolvimento da UE e dos seus Estados-Membros. A visão comum e quadro de ação do novo Consenso prevê especial ênfase nos fatores transversais do desenvolvimento, entre os quais a igualdade de género.

Os dados, relatórios e análises novas que surgirem em matéria de igualdade de género devem ser partilhados internamente, em particular pelo Ponto Focal de Género aos colegas da DUE e EM. Quando digam respeito a áreas temáticas relevantes do GAP-CV os principais dados, análises e recomendações poderão ser compilados em briefs de género, no âmbito do GAP-CV.

Seguimento

Tendo em conta a importância das questões de igualdade de género em Cabo Verde e o número de parceiros/as envolvidos/as, nacionais e internacionais, deverá se trabalhar para criar **um grupo temático de coordenação da cooperação em matéria de género**, que ultrapasse o âmbito do seguimento da implementação do GAP, embora também permita esse mesmo seguimento. A vantagem de um grupo temático de âmbito mais alargado (em contraponto a um grupo temático de cariz mais interno, vocacionado exclusivamente para o seguimento do GAP-CV) seria um diálogo mais abrangente sobre as questões de género, suscetível de promover a cooperação neste domínio, ao mesmo tempo que contribuiria também para evitar a duplicação de esforços, promover a partilha de informações, e a criação de sinergias de forma mais abrangente. Para o efeito deve ser estreitada a coordenação e parceria técnica com entidades que trabalham em matéria de igualdade de

⁷⁹ Apesar da França estar representada em Cabo Verde, a sua cooperação com Cabo Verde hoje em dia passa essencialmente pela Agência Francesa de Desenvolvimento

género, em particular com a ONU Mulheres, com quem a União Europeia assinou um Memorando de entendimento em 2016.

Reportagem

No âmbito do GAP existe a obrigação de reportagem anual, quer para a DUE, quer para os EM, com base no formato estabelecido pelo GAP II: a matriz de resultados do GAP-CV (anexo 1) foi elaborada com base nesse formato, pelo que para as áreas temáticas prioritárias os dois formatos estão alinhados. Todos os atores da UE devem reportar sobre mudanças na cultura institucional. Já no que diz respeito às prioridades temáticas, a matriz do GAP servirá de base à reportagem (foi preparado um formato para cada ator da UE, com base nos compromissos assinalados por cada ator).

Os resultados dos projetos regionais/temáticos em curso em Cabo Verde, mas coordenados por outras estruturas da EU/EM podem ser mencionados de forma resumida no final do formato de relatório.

Lista de Anexos

Anexo 1 – Matriz do GAP-CV (2016-2020)

Anexo 2 – Lista de encontros realizados

Anexo 3 – Lista de documentos consultados

Anexo 4 – Programa do atelier final e apresentação (ppt) do GAP-CV

Anexo 5 – Análise de modalidades específicas - quadro resumo

Anexo 6 – Anexos para uso interno da DUE

- ⇒ Ferramenta 1 – Checklist para elaboração de Termos de referência para consultoria
- ⇒ Ferramenta 2 – Checklist Rights Based Approach
- ⇒ Ferramenta 3 – Tabela para o Marcador de Género do CAD
- ⇒ Termos de referência indicativos para Ponto Focal de Género
- ⇒ Objetivos indicativos do Grupo temático de género